

As finalidades da Educação: Brasil e Portugal

Mônica Bárbara Cruz Peixoto

Dissertação em Ciências da Educação

Maio de 2018

As finalidades da Educação: Brasil e Portugal

Mônica Bárbara Cruz Peixoto

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Luís Manuel Aires Ventura Bernardo.

Maio, 2018

*Dedico esta Dissertação ao Bruno Peixoto, marido, amigo
e companheiro de todas as horas, que me lembrou várias
vezes da minha capacidade, colaborando para que eu não
desistisse deste ideal.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Míriam e Eustáquio, pelo apoio incondicional, pelo carinho sempre dispensado e por me ensinarem valores que dizem muito sobre o que eu sou.

Ao professor Doutor Luís Bernardo, a minha profunda gratidão... Obrigada por me orientar, sempre de forma assertiva, transmitindo segurança, serenidade e muita paciência.

Aos amigos que fiz em Portugal, Adriano Nogueira e Carolina Pina, que torceram por mim de modo sincero e estiveram ao meu lado nesta empreitada.

Agradeço especialmente ao meu marido, Bruno Peixoto, pela compreensão de muitas ausências, por enxugar minhas lágrimas, que inevitavelmente caíram no decorrer do percurso.

Finalmente, agradeço a Deus, essa Força Suprema que rege todo o Universo, que mesmo invisível aos olhos, me ampara e me sustenta.

Finalidades da Educação: Brasil e Portugal

Mônica Bárbara Cruz Peixoto

[RESUMO]

A investigação que se segue foi proposta no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

O foco da pesquisa centrou na problemática das finalidades da educação. Num primeiro momento, explorou-se a visão de três autores de referência, oriundos de contexto geográficos e temporais diferentes, mas unidas pela mesma inquietação sobre o sentido de educar. A análise dos trabalhos de Jacques Delors, Paulo Freire e Gert Biesta evidenciou a diversidade e a complexidade de tais finalidades. Num segundo momento, buscou-se compreender como essas finalidades se declaram no Brasil e em Portugal, no campo dos seus Sistemas Educativos.

Para o efeito, procedeu-se a uma leitura crítica dos documentos oficiais dos países em causa, nomeadamente a legislação educacional e os programas curriculares da Educação Básica (1º ao 9º ano), favorecendo, igualmente, a emergência de semelhanças e diferenças entre os dois Sistemas.

Pudemos, assim, verificar que o enunciado das finalidades forma um elemento constante do aparato justificativo do discurso oficial, sendo igualmente notória a influência de teóricos relevantes como aqueles que nos serviram de guias, muito particularmente o Relatório da Unesco, coordenado por Delors.

PALAVRAS-CHAVE: Finalidades da Educação, Sistemas de Ensino, Legislação Educacional, Currículo.

Purposes of Education: Brasil e Portugal

Mônica Bárbara Cruz Peixoto

[ABSTRACT]

The following research is part of the master's degree in Educational Sciences, at NOVA University - Faculty of Social Sciences and Humanities of Lisbon.

The overall goal of the present work is to find out the main purposes of Education, based on the vision of three eminent authors: Jacques Delors, Paulo Freire and Gert Biesta. From this perspective, this work is intended to demonstrate how these purposes are conveyed in Brazil and in Portugal with reference to their educational systems. It results from a thorough Literature review, and from the critical analysis of several official documents related to the educational legislation and the curricular programmes of Basic Education (1st to 3rd cycles) of those countries.

Firstly, it was necessary to understand and study the concepts of purpose and education in the authors' view as well as to find a balance between the different approaches. Then, official documents were critically analysed by making comparisons and by drawing parallels. In consequence of this, it was thus possible to discuss whether the purposes of Education are confirmed in official documents or not and to assert the strong influence of Unesco's Report coordinated by Delors.

KEYWORDS: Purposes of Education, Educational Systems, Educational Legislation, Curricular Programmes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: AS FINALIDADES DA EDUCAÇÃO	5
1.1. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI.....	7
1.2. Paulo Freire e a sua proposta de Educação como prática da liberdade	16
1.3. As finalidades da Educação segundo Gert Biesta.....	21
1.4. Paulo Freire, Gert Biesta e as recomendações internacionais: um diálogo sobre as finalidades da Educação	26
CAPÍTULO 02: O SISTEMA EDUCATIVO DO BRASIL E DE PORTUGAL.....	29
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA.....	35
3.1. As finalidades da Educação com base na legislação de Portugal e do Brasil	36
Lei de Bases do Sistema Educativo português (1986) incluindo as alterações posteriores (2005 a 2015)	36
Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo brasileiro (1996) incluindo as alterações posteriores (1997 a 2017)	37
3.2. As finalidades da Educação com base nos Programas Curriculares de Portugal e do Brasil	41
3.2.1. Currículo em Portugal	42
Plano Nacional de Metas Curriculares de Português do Ensino Básico	43
Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.....	45
3.2.2. Currículo no Brasil	48
Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).....	49
Base Nacional Comum Curricular do Brasil (BNCC).....	51
CAPÍTULO 04: DISCUSSÃO	54
CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA	

Introdução

A Educação é objeto de estudo, preocupação, foco, estratégia e discussão em todas as nações do globo. Em alguns países, ela é vista como redentora, uma esperança que se perdeu em outras instituições, tais como família e Estado. Em outros casos, é vista como uma espécie de “indústria” para formar pessoas altamente capacitadas. Biesta (2007), argumenta que em democracias novas e emergentes a Educação tem um papel central na formação da cidadania democrática e na criação de uma cultura democrática. Em democracias mais antigas e estabelecidas, a Educação é vista como central para a preservação da vida democrática e atualmente chamada a estimular a participação democrática, principalmente entre os jovens.

Diante do exposto, pode-se dizer que a Educação se apresenta numa dupla encruzilhada. De um lado precisa apresentar um bom desempenho na “universalização da educação básica de qualidade” e, por outro lado, “as novas matrizes teóricas ainda não são capazes de apresentar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações.” (Gadotti, 2000, p. 6).

Neste contexto, durante a minha trajetória como professora de Geografia da Educação Básica no Brasil, me deparei muitas vezes com situações nas quais faltavam reflexões mais profundas sobre “para quê ensinamos” e “para que aprendemos”. Por vezes, pais, alunos e escola estavam mais preocupados com os resultados que esperavam obter do que os meios para se chegar lá, e mais do que isso, saber aonde se queria chegar. Portanto, mesmo não tendo formação em filosofia, ousei realizar esta investigação a partir de uma questão filosófica que é responder quais são as finalidades da Educação à luz de autores de referência e, para além disso, tentar compreender como essas finalidades se declaram no Brasil e em Portugal, no âmbito dos seus Sistemas Educativos.

A palavra finalidade refere-se a “algo que se destina, alvo, meta”. Do ponto de vista do indivíduo o fim da educação refere-se à formação do mesmo, através da cultura (Abbagnano, 1962, p. 289). E do ponto de vista da sociedade, a Educação assume finalidades diferentes, muitas vezes não explícitas teoricamente, mas efetivadas na concretização das relações e ações do dia a dia. A referência às finalidades aparece,

assim, nas leis que regem a Educação, nos programas curriculares e outros documentos oficiais que regem os sistemas Educativos no Brasil e em Portugal.

As finalidades não se devem confundir com os objetivos educacionais, nomeadamente, como se foram definidos no âmbito da Taxonomia de Bloom. Belhot & Ferraz (2010) explicam que a taxonomia está ligada à classificação hierárquica dos níveis de cognição humana usadas para a confecção de planos de ensino, avaliações e estratégias de aula, de modo a definir claramente aquilo que os educadores querem que os alunos saibam. Bloom, dividiu a aprendizagem em três domínios: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor. Dentro do nível cognitivo há seis níveis de conhecimento, onde *conhecer*, *compreender* e *aplicar* são considerados habilidades de pensamento de ordem inferior, que inclui: pensamento concreto, memorização e entendimento. Em seguida, a *análise*, *síntese* e *avaliação*, consideradas as habilidades de pensamento de ordem superior e incluem o pensamento abstrato, crítico, metacognitivo e criativo.

Na taxonomia atual revisada, os níveis de conhecimentos passaram a ser chamados pelos verbos: *lembrar*, *compreender*, *aplicar*, *analisar*, *criar* e *avaliar*. Além disso, a aprendizagem *criar* passou a ser considerada a de maior complexidade.

“A atuação envolvendo os diferentes níveis da taxonomia possibilita que a relação de ensino aprendizagem desenvolva nos alunos diferentes competências visando a sua atuação profissional em contexto multifacetado e multideterminado, que exige do indivíduo diferentes habilidades para a resolução de uma rede de situações complexas” (Pelissoni, 2009, p. 136,137).

Portanto, na ótica desta pesquisa, é essencial compreender que a diferença entre finalidades e objetivos da educação é que o primeiro se refere ao fim e o segundo ao caminho a ser percorrido.

Ante o exposto é preciso considerar o cenário atual da Educação, que por sua vez, reflete as intensas mudanças pelas quais o mundo assistiu nas últimas décadas do século XX, a começar pelas duas Grandes Guerras, depois a expansão do Capitalismo e a Globalização Cultural e Econômica. Embora o primeiro dos resultados percebidos tenha sido algo equiparado à liberdade e progresso, logo se percebeu o crescimento de um conjunto de fatores nocivos, proporcionadores de desigualdade social, do vício, da alienação. Gadotti (2000).

Neste contexto de mudanças, a UNESCO, braço das Nações Unidas e encarregada do desenvolvimento da cultura, educação e ciência, iniciou uma das primeiras grandes tentativas globais de diagnóstico dos problemas, como passo inicial para traçar possíveis soluções. Sendo assim, no começo dos anos 1970 encarregou Edgar Faure, advogado, Ministro da Educação e ex-Primeiro Ministro Francês, de chefiar uma equipe de pesquisadores voltados para essa tarefa. O resultado foi divulgado em 1972, mediante a publicação do *Relatório Faure*, que ganhou reconhecimento universal com o nome “Aprender a Ser”, no qual o autor faz uma análise profunda à situação da educação e das sociedades mundiais.

Anos mais tarde, em 1993, a UNESCO divulga outro estudo, ainda mais ousado, com objetivo de fixar as orientações do processo educativo no novo milênio. Para a coordenação desse novo trabalho foi nomeado Jacques Delors, ex-ministro da Economia Francês, presidente da Comissão Europeia por vários mandatos, que, à frente de uma equipe ainda mais completa que a primeira, investigou com profundidade o que estava sendo feito e quais seriam as orientações para o futuro. Tomando como ponto de partida o *Relatório Faure*, a pesquisa foi concluída e divulgada em 1996, com a apresentação do *Relatório Delors* chamado “*Educação: Um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI*”, que passou a ser considerado fundamento principal de todo programa sério de organização e reflexão sobre a temática da aprendizagem (UNESCO, 2000).

Portanto, nesta perspectiva de mudanças, Jacques Delors (1998), aponta a fé consagrada à Educação:

“(...) o desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades: não como um remédio milagroso, menos ainda como um “*abre-te sésamo*” de um mundo que tivesse realizado todos os seus ideais, mas como uma via – certamente, entre outros caminhos, embora mais eficaz – a serviço de um desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, de modo a contribuir para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras...” (Delors, 2010, p. 5)

De acordo com Delors (2010), sem deixar de lado todas as dificuldades relacionadas aos assuntos envolvendo a Educação, deve-se manter uma certa dimensão de utopia e trabalhar em prol de novas possibilidades e conquistas, principalmente porque

ela é tida também como “um recurso privilegiado de construção da própria pessoa, além das relações entre indivíduos, grupos e nações” (Delors, 2010, p. 6). Tal afirmação significa que a Educação não se define apenas pelos processos institucionais e pedagógicos, mas, igualmente, pelas finalidades que presidem a cada sistema educativo.

Tendo estas considerações no horizonte, a pesquisa está assentada no tema das finalidades e será apresentada uma análise crítica, na qual passou por dois momentos:

1) Revisão de Literatura: foram discutidos os diversos olhares sobre o conceito das finalidades da Educação, tendo como referências principais o *Relatório Delors*, algumas obras de Paulo Freire e Gert Biesta.

2) Procedimento técnico: análise crítica das leis que regem os Sistemas Educativos e os Programas Oficiais de Língua Portuguesa da Educação Básica do Brasil e de Portugal.

Dessa forma, com a intenção de identificar e explorar de maneira reflexiva as finalidades da Educação, segundo os documentos analisados, propomos os seguintes objetivos:

- Caracterizar as finalidades da Educação, a partir dos autores de referência;
- Caracterizar os sistemas educativos de Portugal e do Brasil;
- Identificar as finalidades da Educação Básica obrigatória na legislação educacional do Brasil e de Portugal;
- Analisar se as finalidades existentes aparecem nos referenciais dos Programas Curriculares, no âmbito da Educação Básica.

Assim, este trabalho levantará a discussão para que seja possível identificar e caracterizar as seguintes hipóteses levantadas:

- As finalidades da Educação no Brasil e em Portugal estão explícitas de forma clara na legislação;
- As finalidades da Educação no Brasil e em Portugal não estão explícitas de forma clara na legislação;
- Se estão explícitas, estas finalidades correspondem à doutrina.

Este trabalho, portanto, vai se diferenciar dos outros trabalhos já produzidos porque vai comparar as finalidades da Educação nos países sob o prisma de documentos

oficiais, a fim de constatar se essas finalidades estão contidas de maneira congruente em cada um desses documentos.

Capítulo 1: As finalidades da Educação

Antes de iniciar a discussão sobre as Finalidades da Educação, é de capital importância definir as palavras “finalidade” e “educação”, no sentido em que serão utilizadas nesta pesquisa.

A definição da palavra “finalidade” é aquela encontrada num Dicionário de Filosofia:

Finalidade: (in. Purposiveness, Finality, fr. Finalité, ai. Zweckmässigkeit; it. Finalità). Correspondência entre um conjunto de coisas ou de acontecimentos e um fim. Assim, p. ex., a F. de um plano ou de um projeto é a correspondência ou a adequação desse plano ao fim a que visa. A F. da natureza é a correspondência da natureza com os seus supostos fins, etc. Essa palavra não se aplica, pois, exclusivamente à causalidade dos fins da natureza (à qua! Se aplica a palavra finalismo), mas em geral designa certa forma de organização ou ordem. (ABBAGNANO, 1962, p. 457.)

Por isso o que importa saber é quais são esses conjuntos de coisas, acontecimentos e possíveis fins relativos à Educação.

A palavra “educação”, segundo Ecco & Nogaro (2015), dada a multiplicidade, assim como ambiguidade conceitual da palavra, pode ser verificada em sua origem etimológica. Derivado do verbo latino “educare”, que significa criar, nutrir, orientar, ensinar, refere-se à ação do professor sobre o aluno, cujo objetivo centra-se no desenvolvimento mental e moral onde o professor tem o papel de ensinar e o aluno de aprender para inserir-se na sociedade. Considerando outro verbo, do mesmo idioma, “educere”, apresenta significado distinto, significa extrair, fazer nascer. Desta forma, promover o surgimento de dentro para fora das potencialidades que o indivíduo possui. Nesta pesquisa, a segunda definição é a que mais se aproxima em termos conceituais.

O ponto de partida para a formulação da fundamentação teórica está apoiado no “Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século

XXI: *Educação, um tesouro a descobrir*”. Como complemento ao relatório, fundamentou-se a partir de algumas obras de Gert Biesta, Paulo Freire entre outros autores, na busca por verificar quais os pontos de convergência, divergência e complementaridades das diferentes perspectivas que cada um apresenta.

O *Relatório Delors* foi selecionado como parte importante da fundamentação teórica desta pesquisa por ser, segundo Pacheco (2016), uma espécie de guia para a tomada de decisões nas políticas públicas envolvendo sistemas educativos. De modo que o documento tem como um dos principais objetivos trazer direcionamentos para que o ensino do século XXI caminhe na mesma direção em todas as partes do globo.

Refletir sobre o que é proposto no Relatório, juntamente com os conceitos extraídos dos autores de referência, ajudam a pensar sobre as finalidades da Educação, em como estas ideias dos autores e as orientações vindas de Organizações Internacionais, a UNESCO, por exemplo, influenciam ou não os Sistemas Educativos dos países em causa. Portugal aderiu à UNESCO em 1965, retirou-se em 1972 e reingressou em 1974. No Brasil a representação se deu em 1964, sem interrupções. É válido ressaltar que a UNESCO tem como a principal diretriz:

[...] auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a Organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais, além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação, tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países. (A UNESCO no mundo e no Brasil. Disponível em: goo.gl/bEBZYF)

É, portanto, um grande compromisso da UNESCO desenvolver ações e apoio aos países no que diz respeito à Educação. O *Relatório Delors* entra neste contexto como um documento que vem fornecer subsídios teóricos para atingir as metas de Educação para Todos, por isso é relevante ser estudado.

Além do *Relatório Delors*, utilizou-se como outro referencial teórico o educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997), que dedicou grande parte de sua vida à alfabetização e à educação da população pobre do Brasil. Ademais, devido à amplitude de sua obra, bem como a contribuição em diferentes contextos culturais e em diferentes campos do conhecimento, passados mais de vinte anos de seu falecimento, “ainda hoje tem sido

destaque em inúmeras publicações efetivadas por estudiosos e pesquisadores, considerado como um dos maiores educadores do século XX” (Ecco & Nogaro 2015, p. 3534). O seu pensamento se destaca, entre outras características, por considerar o caráter emancipatório da Educação, buscar conscientizar os alunos para fazer deles pessoas críticas, transformadoras de suas realidades e mostrar que a Educação é um ato político. Paulo Freire é reconhecido como patrono da educação brasileira, legitimado pela Lei nº 12.612, de 13 de Abril de 2012.

Por último, justifica-se a escolha de se utilizar também como parte da fundamentação teórica as ideias do contemporâneo educador holandês, radicado no Reino Unido Gert Biesta, que contribuiu para esta pesquisa por ser um autor cujo o trabalho centra-se na teoria e Filosofia da Educação, com um interesse particular na política e questões relativas à democracia e democratização. Um dos pontos principais das ideias organizadoras do pensamento de Gert Biesta é a sua compreensão de que, nos últimos anos, a linguagem da educação vem sendo substituída pela linguagem da aprendizagem. Segundo o autor, “ensinar foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem” (Biesta, 2013, p. 32), isso quer dizer que houve uma mudança no que se entende por aprendizagem na Educação, assunto que será discutido com mais detalhes, posteriormente.

1.1. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão internacional sobre educação para o século XXI

Diante de um novo cenário mundial que se configurava no final do século XX, sobretudo o rápido avanço do processo de globalização, a UNESCO criou em 1993 a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. A presidência da Comissão foi chefiada por Jacques Delors, notável político parisiense nascido em 1925.

De acordo com dados disponíveis no site Eurocid (2018), Delors trabalhou durante 17 anos no Banco de França, tornou-se Membro do Conselho Económico e Social e chefe de serviços dos assuntos sociais no Comissariado Geral do Planeamento até 1969, onde foi nomeado Secretário Geral para a Formação Permanente e para a promoção social. Nos anos seguintes, juntamente com suas funções exercidas na política, foi também professor

associado da Universidade de Paris-Dauphine. Antes de ser nomeado Presidente da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, exercia as funções de Ministro da Economia e das Finanças da França e Presidente da Comissão Europeia.

Delors, juntamente com os chamados conselheiros extraordinários, composto por personalidades envolvidas em prestigiados trabalhos ligados à educação, trabalharam de 1993 a 1996 intensamente na produção de um documento estruturado no formato de vários artigos compondo, como resultado final, um livro intitulado: “*Educação: um tesouro a descobrir*”, publicado em 1996, (Pacheco, 2016, p. 70). Tal publicação, também conhecido como *Relatório Delors*, teve como objetivo a criação de um documento, a nível mundial, que pudesse apontar reflexões que ajudassem a nortear a educação e formar uma base comum de diretrizes, princípios e conhecimentos.

Pronunciando a necessidade da superação de algumas tensões em escala global, o relatório aponta para a superação da tensão entre o global e o local, que tem a ver com necessidade de acompanhar os avanços tecnológicos, sem perder as raízes e a participação ativa de cada um na vida de seu país. A tensão entre o universal e o singular, que está ligada em conseguir equalizar as influências externas advindas da globalização com a cultura local. A tensão entre tradição e modernidade, no que diz respeito a adaptar-se sem negar-se a si mesmo. A tensão entre o longo prazo e o curto prazo, que é tema relacionado principalmente nas questões envolvendo a Educação, onde deve-se ter atenção a problemas momentâneos, que são colocados à tona de maneira, muitas vezes, prematura e que se dissolve facilmente, como por exemplo, ter bom senso em analisar o que realmente é relevante ou não. A tensão entre a indispensável competição e o respeito pela igualdade de oportunidades, tema polêmico que vem sendo tratado desde o século XX, o qual exige um cuidado e uma estratégia eficaz que possa permitir que cada indivíduo seja capaz, dentro das suas limitações e dentro de uma comparação consigo mesmo, desenvolver as suas capacidades. A tensão entre o extraordinário desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação do homem, preservando o que realmente é essencial, com o intuito de viver melhor e com foco sempre na construção da pessoa humana. E por último, a tensão entre o espiritual e o material, que diz respeito ao pluralismo e na superação de si mesmo na busca por uma vida em comunhão, em sociedade e em colaboração.

As tensões a serem superadas são inúmeras, fato que acentua a responsabilidade conferida à Educação, de modo que as estratégias de trabalho necessitam de reformulação e aprimoramento por parte de todos os atores envolvidos no processo, desde a formulação das políticas em Educação, passando pela implementação e execução das mesmas.

A questão já mencionada, relativa às mudanças intensas vividas no final do século XX, gerou certa confusão e conflito nas pessoas e, por isso, a necessidade de uma busca por suas raízes, referências e filiações. Em razão disto, a Educação situa-se mais do que nunca, no centro do desenvolvimento da pessoa e das comunidades, cabendo a ela a missão de permitir que todos possam desenvolver suas potencialidades, assim como assumir a própria responsabilidade de realizar seu projeto pessoal. Essa finalidade, relacionada à Educação como promotora da Autonomia e que também contribui no fortalecimento das relações humanas, segundo descrito no Relatório: "supera qualquer outra; sua realização, longa e difícil, será uma contribuição essencial para a busca de um mundo mais convivial e justo." (Delors, 2010, p. 10.)

Há sem dúvida inúmeros outros problemas a serem superados, entretanto existem necessidades mais urgentes a serem tratadas, como as marcas causadas por guerras, a criminalidade e as intensas desigualdades sociais. Desta maneira, faz-se necessário revalorizar as dimensões ética e cultural da educação, de modo que seja possível que cada um venha a compreender o outro, além de compreender o mundo e si mesmo, através da meditação e pelo exercício da autocrítica.

Nessa perspectiva, existem outros aspetos fundamentais frisados no relatório, que são:

"[...] as exigências de ordem científica e técnica, o autoconhecimento e a consciência do meio ambiente, assim como a construção de capacidades que permitem orientar a ação de cada um, como membro de uma família, cidadão ou como um produtivo membro da sociedade". (Delors, 2010, p. 10).

Aqui é possível identificar mais duas finalidades da Educação que estão relacionadas com a função que a Educação tem de capacitar as pessoas e promover a socialização entre elas para o mundo do trabalho, para a vida privada e o convívio em sociedade. A finalidade de capacitar as pessoas está relacionada ao tema Currículo e a

socialização com a tolerância, o diálogo e a diversidade cultural, assuntos que serão abordados mais à frente.

Um dos argumentos para que seja possível diminuir a exclusão social e as desigualdades é que se propõe uma educação ao longo da vida, que “deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir” (Delors, 2010, p.12). É uma realidade vista em vários países do mundo, com destaque ao caso do Brasil, que é alvo de estudo nesta pesquisa, o fato de muitas pessoas terem abandonado a escola de maneira forçosa em virtude da falta de meios para prosseguir nos estudos. Dados coletados no *site* do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018), mostram que:

Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1ª e 2ª série do Ensino Médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

A série histórica revela, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas o comportamento se altera em 2014, quando as taxas aumentam. A evasão é maior nas escolas rurais, em todas as etapas de ensino. O Pará tem a mais alta taxa de evasão em todas as etapas de ensino, chegando a 16% no ensino médio. (INEP, 2018)

No Brasil, mesmo os números revelando quedas nas taxas de evasão escolar, ainda prevalecem altas, principalmente nas zonas rurais, locais em que se torna mais difícil conciliar a escola com o trabalho. Em Portugal, segundo informações contidas no “*Manifesto da UNICEF Portugal pelas Crianças. Dar prioridade à infância e adolescência*” (2015):

Para a UNICEF Portugal é crucial investir numa educação de qualidade e combater o abandono e o insucesso escolares, a fim de garantir a igualdade de oportunidades para todas as crianças, em especial para as mais desfavorecidas.

Apesar da redução da taxa de abandono escolar nos últimos anos, Portugal continua a ter a segunda pior taxa de abandono escolar precoce da União Europeia e está longe de atingir a meta europeia dos 10%. (UNICEF, 2015, p. 9).

Com uma taxa de abandono precoce de educação e formação total de 12,6% (PORDATA, 2017), mesmo com a redução comparada a anos anteriores, precisa superar este número para atingir a meta europeia.

A Educação ao longo da vida não é uma novidade para as necessidades do século XXI, fato que já foi assinalado em outros momentos da história. Conforme afirma Delors “Além de permanecer atual, essa exigência tornou-se ainda mais permanente; e para superá-la, impõe-se que cada um aprenda a aprender” (Delors, 2010, p. 13). Com esta afirmação é possível compreender que o objetivo não é alterar as regras da educação básica, mas fazer com que todas as pessoas tenham acesso à educação. “Porque a Educação básica é um problema a ser enfrentado, naturalmente, por todos os países, incluindo as nações industrializadas”. (Delors, 2010, p. 16). O desemprego, a desigualdade e falta de perspectiva faz com que muitos jovens e adultos estejam descrentes e com sentimento de exclusão e ausência de futuro. Por esta razão deve-se pensar na Educação ao longo da vida como uma possibilidade, “assim, a cada adolescente estaria assegurado que seu destino não fica definitivamente traçado entre os 14 e os 20 anos” (Delors, 2010, p. 17).

Fica a cargo da Educação oferecer, simultaneamente, o saber-fazer evolutivo e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, principalmente as informações que são passageiras e que não tem um grau de relevância muito significativo. Destaca-se a escola como um espaço privilegiado para o diálogo e a comunicação, onde o papel do professor é fundamental, é o de conduzir o educando, de criar possibilidades de o fazer pensar e agir, apresentar o mundo e a sua interação com ele e nele. Além disso, cabe também à Educação, fornecer de algum modo, as diretrizes que permitam alcançar todo o percurso. Nesta nova visão da Educação, não se deve concentrar toda a bagagem escolar em apenas uma etapa da vida, mas sim ao longo da vida, sempre atualizando, aprofundando e enriquecendo os primeiros conhecimentos de maneira a permitir que a pessoa se adapte a um mundo de mudanças.

É importante ter atenção as reformas na área da Educação para que não sejam feitas de maneira radical e nem tampouco serem vistas e colocadas em prática como uma mera prescrição do que deve ser feito. Do mesmo modo deve-se levar em consideração todo o percurso já realizado, tudo aquilo que já foi feito e aprimorar a partir daí todas as tomadas de decisões e estabelecimento de novas práticas e estratégias. Os parceiros

envolvidos no processo de reformas educacionais – comunidade (pais, escola, sociedade em geral), autoridades instituídas (autoridades locais) e comunidade internacional precisam se comunicar muito bem. Todos os casos em que as imposições foram feitas de maneira autoritária e arbitrária foram sem sucesso, ao contrário daquelas em que o diálogo entre essas três dimensões foi respeitado e visto como imprescindível, o processo foi coroado de êxito.

Destaca-se aqui um ponto de grande relevância na participação de todos os atores, conforme explícito no relatório que é o seguinte:

“Ao assumirem maior responsabilidade no seu próprio desenvolvimento, as comunidades aprendem a apreciar o papel da educação como um meio de atingir os objetivos sociais e, ao mesmo tempo, como uma desejável melhoria da qualidade de vida”. (Delors, 2010, p. 20)

Na afirmação acima, é possível destacar outra finalidade da Educação referida no Relatório, que é a Educação promotora da Cidadania, cujo os indivíduos sejam capazes de construir uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida. Mais uma vez a Educação assume um papel de relevo no que diz respeito às pessoas e a vida em sociedade.

Uma das recomendações contidas no relatório é a de que a Educação desempenha um papel bem concreto na realização de uma tarefa universal que consiste em: “ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de cada um adquira maior compreensão de si mesmo” (Delors, 2010, p. 27). Além disso, contribuir para promoção e integração dos grupos minoritários, reforçar o trabalho nas questões cívicas, garantir bases culturais para ajudar na compreensão das mudanças em curso que ocorrem na sociedade atual, tais como os desafios da sociedade da informação e os acontecimentos em uma história geral. Nestas recomendações estão explícitas as finalidades de promover a socialização, construir a autonomia de cada indivíduo e contribuir para a democracia.

Relativamente às finalidades da Educação apontadas no Relatório – Educação como promotora da socialização, Educação construtora da autonomia, Educação na propulsão da democracia, Educação como responsável em capacitar para o mundo do trabalho e para a vida e Educação para a prática da cidadania – pode ser descritas como

uma resposta ao que compete a Educação, que ela deve se organizar em torno de quatro aprendizagens fundamentais, ao longo da vida, que são os pilares do conhecimento:

Aprender a conhecer – Esta aprendizagem visa não só os saberes codificados (as matérias escolares, por exemplo), mas principalmente o domínio dos instrumentos para se conseguir aprender os conteúdos. É nesta aprendizagem que se constrói a autonomia na capacidade de discernimento. Pode-se comparar ao alicerce de uma casa, é a base. A partir desta “base”, ou seja, da capacidade de “saber aprender”, é que o indivíduo se torna capaz de relacionar fatos, aplicar o que aprendeu no mundo do trabalho e em seu cotidiano em outras relações sociais, porque, sem dúvida, determinados avanços do conhecimento dão-se nos pontos de interseção das diversas áreas do conhecimento. “Aprender para conhecer supõe, antes tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento.” (Delors, 2010, p. 87). Neste contexto o papel da escola e da família deve favorecer desde a infância, o exercício do pensamento, valendo-se de programas curriculares e atividades que permitam avanços e recuos entre o concreto e o abstrato, o estímulo às perguntas e o despertar da curiosidade para pesquisa e para o ensino. Aqui ressalta-se a educação primária, tão importante na construção das bases para que o indivíduo possa aprender ao longo da vida, no trabalho, mas também fora dele.

Aprender a fazer – Este pilar está muito ligado à aprendizagem “Aprender a conhecer”, porém mais estreitamente relacionada à formação profissional. Convém destacar que há distinções no propósito desta aprendizagem nas economias mais industrializadas, do das outras economias onde predominam o trabalho independente ou informal, porque em algumas sociedades o *Aprender a Fazer* não pode ter apenas o significado de preparar alguém para executar uma tarefa material, uma vez que a substituição do trabalho humano pelas máquinas, acentuou o caráter cognitivo das tarefas, não podendo o *Aprender a fazer* ter um significado simples, mas sim mais complexo, devendo evoluir e não estar voltado para a transmissão de práticas mais ou menos rotineiras, embora estas ainda tenham valor e não devem ser desprezadas. A pensar nestas mudanças é relevante discutir a noção de qualificação à noção de competência.

A noção de qualificação profissional torna-se mais obsoleta, fazendo com que se dê muita importância à noção de competência porque as tarefas físicas, compartmentadas e simplesmente voltadas para sua execução de forma mecânica sejam cada vez mais substituídas para tarefas que requer um envolvimento coletivo e voltado para habilidades pessoais, cujo indivíduo seja capaz de se relacionar, pensar de forma criativa que se apresenta como:

“uma espécie de coquetel individual combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco.” (Delors, 2010, p. 89)

Estas novas exigências, voltadas para as competências, mostra a ligação que a Educação deve manter com os diversos aspectos da aprendizagem, principalmente em virtude das mudanças que vem ocorrendo nos setores da economia, com destaque para o desenvolvimento no setor de serviços.

Destaca-se no *Aprender a fazer* a “desmaterialização” do trabalho, onde o conhecimento e as competências são primordiais, “compreende-se, pois, que o trabalho em questão já não possa ser feito da mesma maneira que quando se trata de trabalhar a terra ou de fabricar um tecido” (Delors, 2010, p.90), ou seja, o desenvolvimento dos serviços exige a capacidade de cultivar qualidades humanas, e o grande desafio é aliar a qualificação com as competências.

Além da “desmaterialização” do trabalho, chama-se atenção ao trabalho na economia informal, onde a natureza do trabalho é diferente. Na economia informal, presente predominantemente nas economias em desenvolvimento, como muitos países da África, América Latina e Ásia, não existe um referencial de emprego e, por isso, as competências são de tipo tradicional, exigindo muito mais, segundo aponta o Relatório, uma qualificação social do que de uma qualificação profissional. Contudo,

“Existe uma questão comum aos países desenvolvidos e em desenvolvimento: como aprender a comportar-se, eficazmente, numa situação de incerteza, como participar na criação do futuro? (Delors, 2010, p. 91)

Este questionamento vem sendo amplamente discutido, com o intuito de encontrar caminhos que respondam, de alguma maneira, às dinâmicas do mundo atual.

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros – Considerada como um dos maiores desafios da Educação, esta aprendizagem é uma tarefa árdua, porém de suma importância, uma vez que a história humana sempre foi conflituosa. Pode-se afirmar que “os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros” (Delors, 2010, p. 92), por isso nesta aprendizagem a Educação deve utilizar de duas vias para contornar este problema: a descoberta progressiva do outro e a participação em projetos comuns, ao longo da vida.

A descoberta do outro pode ser trabalhada através dos próprios conteúdos curriculares, nas disciplinas de Geografia Humana e História, por exemplo, como também por meio do diálogo e reflexão constante sobre a diversidade e tensões entre pessoas, grupos e nações.

Aprender a ser – “a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa — espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade.” (Delors, 2010, p. 94). Esta afirmação já havia sido referida no *Relatório Aprender a Ser* (1972), sublinhando que todo ser humano deve ser preparado desde a infância a fim de ter pensamento e atitudes autônomas e críticas. Acredita-se que o processo de maturação ao qual o ser humano passa no decorrer da vida é contínuo e vai desde o nascimento até a morte. Neste pilar há uma chamada de atenção aos sistemas de ensino formal que tendem à dar mais ênfase ao acesso ao conhecimento em detrimento de outras formas de aprendizagem a fim de que se possa desenvolver a personalidade e a capacidade de discernimento e responsabilidade pessoal. Portanto, dentro desta perspectiva, este pilar deve “inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas” (Delors, 2010, p.97).

Observa-se que é cada vez mais essencial conceber os pilares da Educação analogamente, onde deve-se privilegiar o conhecimento e outras formas de aprendizagem

ao longo da vida, respeitando as capacidades de cada indivíduo, o trabalho em equipe, o respeito ao pluralismo e a compreensão mútua para a paz.

A partir daquilo que o Relatório apresenta como sendo finalidades da Educação, os quatro pilares funcionam como direcionamento para que estas finalidades sejam concretizadas.

Cunha & Werthein (2000), afirmam que a UNESCO tem consciência de que a Educação não pode ser vista como uma estratégia salvadora e capaz de resolver todos os problemas, mas pode facilitar uma compreensão verdadeira dos acontecimentos e, mais importante, ajudar cada um a tornar-se cidadão do mundo turbulento e em constante mudança.

Pode-se afirmar que o Relatório Delors procede a uma ampla reflexão sobre o cenário da mundialização das atividades humanas e suas consequências nas políticas educacionais, estabelecendo, portanto, os pilares para a Educação no século XXI.

1.2. Paulo Freire e a sua proposta de Educação como prática da liberdade

Paulo Freire, célebre educador brasileiro (1921-1997), deixou sua marca na história da Educação brasileira e acabou por influenciar outros autores de diversas partes do mundo. Acredita-se que suas contribuições serviram de suporte para a reflexão sobre a formação humana. Segundo Gadotti (2007), um dos pontos mais marcantes nas obras de Freire é o destaque nas reflexões sobre o sonho e a utopia, que para Freire está relacionada com alguma coisa vivida em determinada época. No livro *Pedagogia da tolerância*, ele diz que o seu sonho era viver em uma "sociedade menos feia, uma sociedade em que seja possível amar e ser amado" (Freire, citado em Gadotti, 2007, p. 15). Também se verifica na mesma obra uma passagem em que ele diz "não é possível sonhar e realizar o sonho se não se comunga este sonho com as outras pessoas". (Idem, p. 15). Em uma síntese geral sobre os principais elementos presentes em sua teoria é a conscientização, a valorização da cultura e o respeito à diversidade, a certeza da incompletude, a democracia, a autonomia e o diálogo.

Pierre Furter, educador suíço, tem também destaque nos estudos relacionadas ao papel da utopia na educação. Em seu livro *Educação e reflexão* (1972), dedica um

capítulo sobre o tema. Este autor afirma que "A utopia, graças ao imaginário e à ficção, permite se retrair um pouco da realidade para escapar às obrigações tirânicas da realidade imediata e medir todas as consequências de uma ação" (Furter, citado em Gadotti, 2007, p. 18). Para Paulo Freire, a própria Educação como instrumento de transformação é essencialmente utópica. Para Freire,

"o pensamento utópico liga-se muito à reflexão pedagógica na medida em que o educador, ao refletir sobre como sua ação opera mudanças, por meio de sua ação realiza, de fato, uma utopia." (Paulo Freire, citado em Gadotti, data, p. 18).

Acredita-se que as contribuições de Paulo Freire são valiosas na discussão sobre as finalidades da Educação e a escolha de utilizá-lo como um dos autores de referência para esta pesquisa, se justifica pelas experiências narradas e vividas por ele em algumas partes do Brasil, além do seu trabalho ao redor do mundo e pelo fato de sua teoria ser voltada para a crença de que a Educação é um processo humano, e por isso, deve ser antes de tudo humanizado. Gadotti (2007), discute que a teoria e a práxis de Paulo Freire foi para muito além da América Latina, o seu pensamento é considerado um exemplo de transdisciplinaridade e o que confere a ele um caráter muito atual a seu pensamento é ter conseguido fazer uma síntese original entre o humanismo e a dialética. Os envolvidos no processo educacional devem ter a noção de que somos seres humanos inacabados. Paulo Freire não é um método pronto a ser aplicado, ele deixou pontos a serem pensados e refletidos.

Em sua obra intitulada *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1967, ele defende uma Educação promotora da libertação, mas uma libertação em um sentido muito próprio, onde a ação deve ser refletida criticamente, caso contrário, é puro ativismo. A ação e a reflexão nunca devem ser dicotomizadas, sendo preciso, portanto, buscar formas de levar o indivíduo a refletir e pensar de maneira que ele próprio possa opinar a agir e não apenas tentar uma libertação por meio de frases prontas, *slogans*, manuais ou coisas deste cunho.

O ponto chave da questão da libertação é que ela é possível através da práxis e não de algo imposto às pessoas, a libertação passa por um processo de humanização. Por isso, acredita que uma das finalidades da Educação é conseguir este despertar no educando, ou seja, a construção da autonomia.

Sobre o conceito de autonomia, Freire deu ênfase em sua obra *Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa* (1996), onde ele centrou na reflexão da autonomia como um princípio pedagógico para a uma educação libertadora. Freire defende a ideia de que o educando desenvolve sua subjetividade através de uma relação dialética entre o ensinar e o aprender. Para ele, na relação entre o educador e o educando ocorre uma aprendizagem mútua, sendo o educador um mediador no ensino-aprendizagem. Nesta obra ele afirma que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a produção ou a sua construção.” (Freire, 1998, p. 25). Em acréscimo àquilo que ele já havia escrito em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1967) sobre a Educação como libertadora precede o desenvolvimento da autonomia, que por sua vez, contribui para uma sociedade mais democrática e participativa.

Na obra citada acima, Freire faz uma crítica à Educação, definindo-a como uma forma de narração, onde o professor despeja/deposita todo o conteúdo em seus alunos. Faz uma comparação entre o aluno como “depósito” e o professor como “depositante. Quanto melhor for a narração, melhor é o professor. O conhecimento torna-se desta maneira algo estático, sem sentido, uma mera reprodução daquilo que foi ensinado. A este tipo de Educação ele chamou de “bancária”, em que os educandos recebem depósitos, guardam e os arquivam.

Na educação “bancária” o educador é o sujeito do processo e os educandos meros objetos. Nesta concepção, os educandos jamais podem ser capazes de criticar, pensar, refletir e transformar. Acreditar que o educando estará sempre numa posição de quem sabe menos e que o educador é aquele que sabe e que “despeja” todo o saber é negar a educação e o conhecimento, propondo um processo cada vez maior de alienação, que segundo Freire é um processo que ocorre,

Quando o ser humano pretende imitar a outrem, já não é ele mesmo. Assim também a imitação servil de outras culturas produz uma sociedade alienada ou sociedade-objeto. Quanto mais alguém quer ser outro, tanto menos ele é ele mesmo (FREIRE, 2002d, p. 35).

Desta maneira, os educandos tornam-se meros reprodutores daquilo que foi transmitido, ficando a capacidade de reflexão e crítica pouco ou nada desenvolvidas, o que neste contexto é contrário a construção da autonomia.

Inversa à ideia proposta anteriormente, de uma educação “bancária”, coloca-se à tona uma proposta de Educação a que ele deu o nome de “problematizadora”, que ocorre quando o educador é capaz de perceber a lógica dentro da educação “bancária” e vai na contramão desta proposta, no sentido de humanizar e de caminhar junto aos educandos, sempre aberto ao diálogo e de modo que uns sejam companheiros dos outros, na construção do saber.

Portanto, para que haja uma educação “problematizadora”, que é o contrário de “bancária”, é preciso a superação entre a contradição educador-educandos. Na primeira existe uma educação do diálogo, da construção mútua do saber, na segunda há apenas uma transferência e depósito de saberes. Na educação “problematizadora” o professor não é o único agente cognoscente. Na relação educador-educando, em um processo contínuo de diálogo e interação, existe um constante processo de construção do conhecimento. Esta educação tem um carácter altamente reflexivo e implica um constante ato de desvelamento da realidade, o qual se associa novamente à construção da autonomia enquanto uma das finalidades da Educação e também a finalidade em capacitar o indivíduo para a vida privada e em sociedade, de modo que ele seja capaz de aprender sem ser mero recetor de conhecimentos.

A partir do momento em que o homem se percebe no mundo e não à parte dele, é possível pensar sobre os fenômenos, percebê-los e tentar mudar, é um *aprender a ser* e *aprender a fazer* constante. Não há uma dicotomia entre pensar e agir ou entre homem e mundo.

O *aprender a ser* e *aprender a fazer* a que Freire se refere é fruto desta educação “problematizadora”, que é também alcançada por meio do que ele chamou de “dialogicidade”. A palavra “dialogicidade” vem fundada no diálogo, da relação de humildade, encontro e solidariedade, ou seja, numa relação horizontal, de muita confiança. Partindo desta afirmação, não há diálogo sem esperança. A esperança é própria da essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca. E a busca por mudança e por transformação se dá no diálogo que implica um olhar crítico, não aceitando a dicotomia mundo-homens.

Pensando na não aceitação da dicotomia mundo-homens, os conteúdos programáticos devem ser estabelecidos horizontalmente na relação educador-educando, em conformidade com o contexto cultural daqueles indivíduos e nunca partindo dos

“educadores-bancários”, pois se assim for feito, será realizado o enchimento da “vasilha”, mais uma vez, não provendo a verdadeira liberdade. Neste ponto, o *Aprender a conhecer*, precisa estar muito bem fundamentado e focado naquilo que é realmente relevante para o grupo em questão, respeitando o tempo e as capacidades de cada educando. Este ponto se relaciona com os conteúdos curriculares, tema que será visto mais à frente, no qual mesmo que sejam feitos nas melhores das intenções, se estes desrespeitarem o particular, constituem-se como uma espécie de “invasão cultural”, porque a escola deve ensinar a noção do todo, mas sem esquecer o individual.

Paulo Freire procura conscientizar o docente do seu papel “problematizador” da realidade do educando e de como a Educação também tem um papel importante nesse processo de busca pela liberdade. Por isso, Freire é levado a aprofundar alguns pontos discutidos em sua primeira obra *Educação como prática da liberdade*, escrita em 1967. Nesta obra percebe-se a importância das relações humanas, mas não como uma relação qualquer, ou seja, uma relação que se distingue das dos demais animais, porque para o homem, o mundo é uma realidade objetiva possível de ser conhecida. Nas palavras de Freire “Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é.” (Freire, 1967, p. 39).

Além disso, o homem encontra-se emergido num tempo em que está dentro e fora, em que herda e que constrói, criando e recriando a sua própria história dentro de um tempo e de um contexto histórico-cultural. O homem não se esgota em mera passividade, sendo capaz de modificar o seu contexto a partir do que já se viu e tendo a criticidade necessária para fazer diferente e ir além do que aquilo que já se fez. É o que Freire diz estar *com* o mundo e não simplesmente *nele*, não a simples acomodação ou ajustamento. Desta maneira, o homem cria as suas raízes, sentindo-se um ser datado e situado, por isso sob esta justificativa surge a crítica em volta da massificação, porque acredita-se que esta implica num processo de desenraizamento do homem.

A partir destas reflexões é possível compreender a importância de se pensar a Educação de acordo com a realidade do grupo e em defesa de uma Educação que tenha também a finalidade de possibilitar o pensamento crítico e não a formatação do pensamento e não a padronização dos currículos. E esta finalidade de possibilitar o pensamento crítico está relacionada com a construção da autonomia, que aqui apontamos como uma das finalidades da Educação.

Sabe-se da importância de uma diretriz para os conteúdos programáticos das escolas, mas é preciso adequar estes conteúdos de modo a possibilitar uma Educação que faça sentido para os educandos em que estes pensem e percebam o real sentido dos *porquês* das coisas. O que não se pode fazer em Educação é aniquilar a capacidade criadora, impondo-lhe maneiras padronizadas de pensar e agir.

Um dos grandes problemas pensados a época em que Freire escreveu os seus primeiros livros, sendo possível constatar até os dias atuais, é a massificação, a padronização e alienação, comandados pelos mitos e pela publicidade organizada, ideológica ou não, na qual é capaz de induzir e conduzir a tomadas de decisões das pessoas. Assim, o homem vê-se muitas vezes domesticado e acomodado, nas palavras de Freire (1967) “já não é sujeito, rebaixa-se a puro objeto”. Gadotti (2007), explique que:

“A educação visa à libertação, à transformação radical da realidade, para melhorá-la, para torná-la mais humana, para permitir que os homens e as mulheres sejam reconhecidos como sujeitos da sua história e não como objetos. (Gadotti, 2007, p. 82)

E esta libertação está relacionada com a construção da autonomia, num *Aprender a ser* constante, por meio do diálogo, da socialização e do respeito à diversidade, na busca por uma sociedade mais democrática.

Paulo Freire defendia uma Educação que possibilitasse ao indivíduo pensar e agir criticamente, sabendo utilizar tudo aquilo que aprendeu na vida social e no mundo do trabalho, a Educação possibilitando a transformação de uma realidade.

1.3. As finalidades da Educação segundo Gert Biesta

O contemporâneo filósofo da educação traz a luz discussões sobre as finalidades da Educação que ajudam a problematizar teorias, a questionar conhecimentos e atitudes, e a descobrir novas possibilidades do que seriam as finalidades da Educação.

Biesta é hoje um autor que representa uma referência nos estudos sobre as finalidades da Educação. Em um de seus textos, “Boa educação na era da mensuração” discute que ao pensar em finalidade da Educação é preciso perceber que nos últimos 20

anos tem-se assistido a muitas mudanças no foco que se dá a educação, principalmente no que se refere à mensuração e comparação de resultados. Consequência das avaliações internacionais que tem sido realizadas, como o caso do PISA e TIMSS (Biesta, 2012).

Para Biesta, a mensuração de resultados acaba por ser também uma forma de mostrar “modelos” prontos que deram certo e que devem ser copiados e isso a cada dia tem exercido maior influência sobre a Educação. Ele aponta que o lado positivo é que permitiu discussões sobre o tema e buscas por soluções, mas em contrapartida, há dois problemas que não podem ser ignorados. O primeiro é usar informações factuais para a tomada de decisões, correndo-se o risco de generalizar o processo, visto que cada contexto é um contexto. O segundo problema é a questão da validade técnica das mensurações. Biesta pondera que:

“A questão é se estamos de fato mensurando o que valorizamos ou se só estamos mensurando o que podemos facilmente mensurar e, assim, acabamos por valorizar o que medimos, ou conseguimos medir.” (Biesta, 2012, p. 812).

O que se tem observado na Europa, mas também em outras partes do mundo, é que muitos legisladores querem controlar a Educação através de medidas e direcionamentos. E o que acontece é que esse propósito da educação, o porquê da educação, torna-se restritamente definido, em termos de resultados que podem ser medidos, então as pessoas começam a se concentrar na matemática e nas línguas ou nesses tipos de matérias. E, focar apenas na mensuração dos resultados tem se apresentado como um grande desafio na Educação, quando se tornou algo muito estreito, onde há uma grande competição como resultado dessa medição.

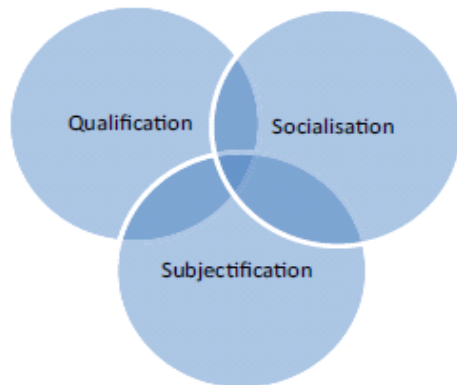
Para além da mensuração, Biesta dedicou muito dos seus estudos ao desenvolvimento de conceitos sobre o que é aprendizagem e como ela é tida nos dias atuais. Faz uma crítica de como o foco na aprendizagem tem se tornado cada vez maior. A aprendizagem no que diz respeito a aprender aquilo que o professor quer ensinar, como já citado na crítica feita por Paulo Freire, numa concepção de “educação bancária”, onde são feitos “depósitos” de conteúdos curriculares. O que interessa é o que aprender e para que aprender. Biesta (2013) defende que há algo especial na Educação que vai muito além da aprendizagem. Ao analisar a fundo o significado da palavra aprender, seria minimizar a função da escola, lugar em que deve possibilitar novas descobertas e permitir a

construção do novo, contribuir para a formação do ser humano enquanto pessoa, enquanto um cidadão no mundo.

Na obra *Para além aprendizagem: Educação Democrática para o futuro humano* (2013), Biesta faz uma relação com a democracia e também com o “futuro humano”. O que ele diz é que a Educação não se relaciona somente com o futuro dos seres humanos, mas que também tem que se preocupar com a qualidade desse futuro. Pode-se dizer que é um futuro humanizado, um futuro que ajuda os seres humanos a viver bem e a viver bem juntos. E é neste ponto que existe estreita relação com a democracia, porque o que a democracia tenta fazer é criar formas de viver juntos, onde há espaço para que cada um tente viver da melhor forma possível.

Somando-se a isto, Biesta argumenta que o propósito da educação abrange três domínios/dimensões que são: qualificação, socialização e subjetivação. Como pode-se visualizar na figura 01.

Figura 1: As três funções da educação e os três domínios de propósito educacional



Fonte: Biesta (2015)

Essas três dimensões se intercetam, pois estão relacionados entre si e não se dão de maneira isolada. Nas palavras de Biesta (2015): “*Qualification has to do with the transmission and acquisition of knowledge, skills and dispositions.*” Dimensão importante onde crianças, jovens e adultos aprendem algo voltado para uma profissão ou para a vida. Nesta dimensão é possível fazer uma ligação com um dos pilares da educação,

nomeadamente, *Aprender a Fazer*, conforme já explicitado, onde a escola tem o papel de ensinar conteúdos que contribuam para a vida em sociedade e para o trabalho.

Relativamente à dimensão denominada socialização, o autor explica que:

“But education is not just about knowledge, skills and dispositions Through education we also represent and initiate children and Young people in traditions and ways of being and doing, such as cultural, professional, political, religious traditions, etc.” (Biesta, 2015, p. 77).

Esta dimensão permite que os indivíduos construam sua noção de tradição, história, cultura e relacionamento com as pessoas que os cercam. Nesta dimensão traça-se um paralelo com outro pilar da educação que é o *Aprender a Conviver*, sendo possível também levar em consideração o que defendeu Paulo Freire, reforçando a importância das relações humanas e da interação entre os grupos. A escola é um veículo crucial neste processo onde o aluno terá a possibilidade de conviver com várias pessoas diferentes e construir juntos as noções de respeito e convívio harmônico entre si.

A terceira dimensão, a subjetivação, é definida como: *“which has to do with the way in which children and young people come to exist as subjects of initiative and responsibility rather than as objects of the actions of others”* (Biesta, 2015, p. 77). Esta última dimensão é onde o indivíduo se mostra capaz de utilizar aquilo que aprendeu no meio social de maneira autônoma, sendo possível associar aos pilares *Aprender a Ser e Aprender a Conhecer*, na dimensão da subjetivação, o aluno é capaz de utilizar todo o conhecimento construído no decorrer dos anos de escolaridade, em todas as suas vivências, seja no meio social, com sua família ou no mundo do trabalho.

Os três domínios propostos por Biesta, aparecem como as finalidades da Educação, de modo que cada um desses deles abrange uma série de competências, concebidas como “saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos” (Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais, 2001, p. 15) que a Educação é capaz de construir. Portanto, deve-se ter atenção para a ênfase dada em cada um dos domínios, que vai variar conforme o contexto no qual se está inserido, para que não represente um problema, visto que o objetivo é alcançar uma maneira de fazer Educação pensando na interseção dos três domínios. Destaca-se os riscos que se corre ao dar ênfase a um domínio em detrimento dos outros, como por exemplo as

nações cujo foco principal é posto na qualificação dos alunos, onde as políticas públicas estão voltadas para os resultados acadêmicos e exames internacionais.

Se a Educação for encarada a partir da ideia de que o seu propósito gira em torno de uma questão tridimensional: qualificação, socialização e subjetivação, implica também no importante papel do professor e os processos que o envolvem, como a formação, a valorização e a participação ativa. Ao encontro das ideias que foram apresentadas por Freire, Biesta destaca que cada contexto merece atenção e estratégias diferenciadas, por isso o professor deve ser ouvido e ter a possibilidade de opinar sobre os processos que envolvem a Educação. É preciso avaliar cada realidade e onde se quer chegar. Algumas vezes a educação deve ser centrada no aluno, noutras no professor e no currículo. Biesta (2015), afirma:

“Sometimes education does indeed need to be flexible, personalised, and tailored to individual students, but sometimes it is important for education to be strict, structured, and general, for example when we want to teach our students that, in some domains, it is importante to get things ‘right’ or to act in a prescribed way (think, for example, of teaching pilots to fly an aircraft, or instructing nurses and doctors about how to wash their hands).” (Biesta, 2015, p. 79,80)

Esta sensibilidade de perceber onde se quer chegar e o que se quer alcançar é um grande desafio para o professor dentro da sala de aula. Os professores se deparam constantemente com situações diversas que não estão previstas e nem descritas em nenhum protocolo, currículo ou política. No entanto, é neste ponto que há problemas nas formas em que o espaço profissional para professores está sendo atualmente construído, são caminhos que geralmente limitam, em vez de aumentar o alcance de julgamento profissional do professor. Biesta (2013) defende que é preciso encontrar caminhos para haver condições para restaurar um espaço em que a opinião docente seja possível de ser ouvida.

Para falar sobre uma boa educação alguns temas estão intimamente relacionados, tais como excelência e eficácia, mas é preciso ter atenção à competitividade em demasia, que venha a desviar o foco principal da Educação que conforme afirma Biesta, a principal finalidade da educação é: *“In my view, the duty of education is to ensure that there is good education for everyone everywhere.”* (Biesta, 2015, p. 81).

Em síntese, Biesta defende que fazer uma Educação capaz de promover os três domínios/ dimensões – socialização, capacitação e socialização, é possível através da reflexão sobre o *porquê* e *para quê* mensurar os resultados, a participação ativa dos professores dentro e fora do ambiente escolar e uma mudança de olhar no conceito de aprendizagem, que vai muito além da transmissão de conteúdos.

1.4. Paulo Freire, Gert Biesta e as recomendações internacionais: um diálogo sobre as finalidades da Educação

O que é muito frutífero nesta pesquisa é ter a possibilidade de relacionar ideias de autores que distantes geograficamente e historicamente apresentam formulações que convergem e se complementam.

Na perspectiva da cultura da mensuração, proposto por Biesta, tem relação com os conceitos formulados por Paulo Freire, em que ele faz uma crítica à educação chamada de “educação bancária”, colocando o indivíduo como um espectador do mundo, como se ele não fizesse parte dos processos. Neste tipo de educação, é como se a consciência existisse de maneira compartimentada dentro das pessoas, como se fosse uma seção dentro dos homens. Assumindo esta concepção “bancária”, o educador tem o papel de disciplinar o que entra ou não dentro da consciência dos educandos. Ensina-se aquilo que é conveniente, voltado para alcançar resultados quantitativos, abandonando o autêntico propósito da Educação.

Sobre os conteúdos e as recomendações, Freire (2016) discorre sobre um conceito que ele chamou de “*situacionalidade*”, onde o indivíduo está enraizado em condições de tempo e espaço que os marcam, afirmando que na medida em que são desafiados por ela, agem sobre ela. Por isso a importância de adaptar os currículos e as estratégias pedagógicas de acordo com cada grupo/ contexto. Biesta (2013) traz um conceito de *violência (transcendental)*, no sentido de tornar algo possível. Por isso, quando o autor fala em “violência”, é porque os professores ao questionarem seus educandos e os fazerem pensar acerca de algum assunto ou alguma situação, os faz buscar respostas, colocam desafios que acarretam certa violação da soberania do estudante. “A educação é

uma forma de violência, uma vez que interfere na soberania do sujeito propondo questões difíceis e criando encontros difíceis.” (Biesta, 2013, p. 49).

É preciso perceber que a aprendizagem diz respeito à individualidade, à subjetividade ou à personalidade dos estudantes, como seres únicos e singulares. Por este ângulo, deve-se permitir que o indivíduo saiba compreender o seu papel no mundo, que se abra espaço para que ele consiga responder às perguntas e não apenas adquirir conhecimento e informações. Requer, portanto, um esforço e uma mudança de postura da própria escola e dos próprios educadores. Vir ao mundo “consiste entrar no tecido social e ser portanto, inteiramente relacional” (Sidorkin; Bingham, 2004, citado em Biesta, 2013, p. 48).

À parte da questão dos conteúdos, os três autores estão também em consonância no que se refere ao aluno como um ser plural. Biesta (2013), afirma que passamos de uma educação emancipatória, cuja meta é atingir um estado de autonomia racional e passamos a começar a compreender que a cognição, o conhecimento, é apenas um modo de se relacionar com o mundo natural e social, e não necessariamente o mais frutífero ou importante ou libertador. Freire defendeu isto ao propor uma Educação “problematizadora”, na qual os conteúdos devem ser definidos horizontalmente e de acordo com as demandas de cada grupo. Delors, defende uma aprendizagem ao longo da vida, aduzindo que é inexequível aprender tudo em apenas um determinado período da vida.

Além disso, os autores destacam a importância do professor/educador como um dos principais agentes do processo educacional e que devem ser ouvidos, motivados e valorizados, conferindo-lhes mais oportunidades de aperfeiçoamento, de forma espontânea, para que se preparem para a tarefa de educar.

Cada uma das referências utilizadas para traçar as finalidades da Educação, oferecem subsídios teóricos e apontam caminhos para se alcançar uma Educação dirigida pelas finalidades por eles defendidas. Estas finalidades estão intrincadas, conforme o esquema abaixo:

Figura 2: As finalidades da Educação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Paulo Freire, partindo de uma visão teórica e prática de Educação em um contexto social, como o caso brasileiro, marcado por desigualdades sociais profundas trabalhou em defesa de uma Educação para o diálogo e a interação, para a construção da autonomia e em defesa da democracia. Jacques Delors, com a formulação dos Quatro Pilares da Educação, apontando novos caminhos para a Educação do Século XXI, em defesa da formação integral do indivíduo e uma aprendizagem ao longo da vida e Gert Biesta com a ideia das três dimensões: socialização, capacitação e subjetivação, nas quais é possível em cada uma delas, ter uma visão mais crítica acerca dos processos que os envolvem, como o desenvolvimento do sentimento de tolerância, a possibilidade de uma aprendizagem significativa e um saber pensar e agir em sociedade de maneira mais autônoma e participativa.

Capítulo 02: O Sistema Educativo do Brasil e de Portugal

Atualmente a Educação brasileira é regida pela LDB – Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1996. Entretanto, o SNE - Sistema Nacional de Educação do Brasil ainda não está completamente efetivado e até então é alvo de intensas discussões, impasses e entraves.

Faz-se necessário expor brevemente um pouco dos caminhos já percorridos em relação ao SNE. De acordo Bordignon et al., (2014), a necessidade da implementação de um SNE havia sido apontada em 1932, no *Manifesto dos Pioneiros*, documento criado e publicado por intelectuais da época, o qual propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Além disso, deveria garantir o respeito à multiplicidade de particularidades regionais, fundada em uma doutrina federativa e descentralizadora. Essa proposta se traduziria na Constituição de 1934, que instituiriam os sistemas de ensino e os conselhos de educação articulados por um PNE – Plano Nacional de Educação, que seria um plano de ações a serem desenvolvidas estabelecendo normas e diretrizes nacionais reguladoras da oferta de ensino. O PNE chegou a ser elaborado, mas foi abordado em 1937 pelo regime de exceção do Estado Novo de 1937. Embora não contemplado na Constituição de 1946, o PNE continuou sendo alvo de intensos debates entre educadores e Estado, onde haviam de um lado defensores da escola pública, gratuita e laica; e de outro lado os defensores da escola privada, em nome da liberdade de ensino.

Anos mais tarde, em 1961, é publicada a primeira LDB, mesmo que ainda não pautada nos ideais dos *Pioneiros*, atendia a proposta dos meios pela instituição dos sistemas de ensino e dos conselhos de educação.

A LDB de 1961 representou o projeto nacional de educação, fundado na doutrina federativa e descentralizadora, possível à época. Foi a primeira norma a dar organização sistêmica à educação nacional na busca da coerência entre os fins e os meios, entre a unidade nacional e a multiplicidade das peculiaridades regionais. (Bordignon et al., 2014, p. 212)

Este avanço na história da Educação brasileira, pautado em um espírito descentralizador e democrático, foi logo abortado pelo golpe militar de 1964, que durou mais de vinte anos.

Nos anos finais da década de 1980, período de redemocratização do Brasil, após a Ditadura Militar, os ideais de Educação defendidos pelos *Pioneiros* ressurgiram na Constituição de 1988, juntamente com a luta dos educadores nos congressos e conferências, tendo como principal foco a gestão democrática da Educação. Ainda neste contexto, fruto das discussões pelo Fórum Nacional de Educação em Defesa da Escola Pública, o Deputado Octávio Elísio apresentou a primeira versão da nova LDB, em 1989. A LDB finalmente aprovada (Lei nº 9.394/1996), não contemplou a criação do SNE. Bordignon et al., (2014).

Diante de todo este percurso é de capital importância apontar os impasses que dificultam a instituição do SNE. Dentre eles, o principal é a complexidade do modelo federativo brasileiro, composto pela União, os 26 estados, o Distrito Federal e 5.570 municípios, muito desiguais entre si populacional e economicamente. Bordignon et al., (2014), afirma que:

“A complexidade desse modelo advém da nossa formação histórica e da cultura política, que apesar da concepção federativa não hierarquizada, cultiva ações governamentais fortemente hierarquizadas, induzindo à dependência” (Bordignon et al., 2014, p. 214).

Para contornar estes problemas é preciso que haja uma definição mais objetiva dos limites de autonomia e colaboração entre os entes federados – União, Distrito Federal, estados e municípios. É uma linha tênue entre a descentralização, que muitas vezes é vista mais como uma transferência de responsabilidades do que propriamente como um processo democrático de fortalecimento do poder local.

Após mais de 80 anos da sua publicação dos *Pioneiros*, vários obstáculos ainda não foram ultrapassados. O que está em causa é a necessidade de um projeto nacional de educação “baseada em valores permanentes, em uma mudança de mentalidades e em uma discussão das finalidades da educação: reconstrução social pela reconstrução educacional” (Bordignon et al., 2014, p. 217).

No âmbito de avanços conquistados, está a Emenda Constitucional 59/2009, que fortalece o direito à educação e estabelece o PNE como articulador do SNE. Aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), uma das tarefas é a instituição do Sistema Nacional de Educação. A Lei nº 13.005/2014 estabelece no art. 13 que:

"o poder público deverá instituir, em lei específica, contados 2 (dois) anos da publicação desta Lei, o Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação". (Brasil, Lei nº 13.005/2014).

Nesse sentido, foi criada a Proposta de Lei Complementar, de iniciativa parlamentar, para a regulamentação do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal e instituição do Sistema Nacional de Educação: PLP nº 413/2014 - proposta em tramitação no Congresso Nacional. (MEC, Brasil, 2018).

Em suma, pode-se afirmar que atualmente, os documentos que norteiam a educação básica do Brasil são a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCN) e o Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014 (PNE). Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). (Portal do MEC, 2017).

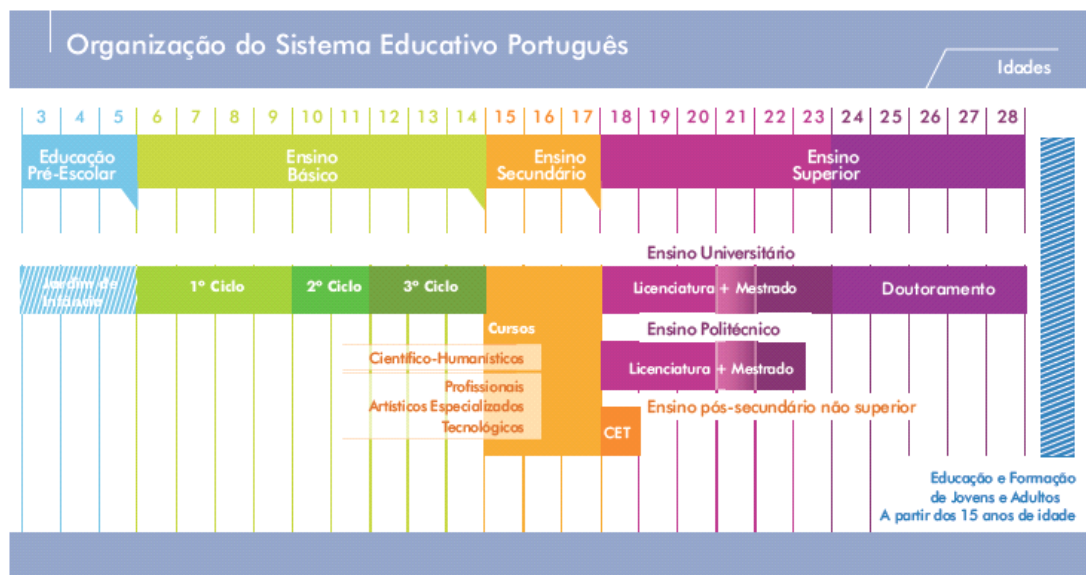
O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, é responsável pela política nacional de educação; a educação infantil; a educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; a avaliação, a informação e a pesquisa educacionais; a pesquisa e a extensão universitárias; o magistério e a assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes. (MEC, 2017). O órgão que zela pela Educação Básica no Brasil é a Secretaria de Educação Básica (SEB), que é subordinada do Ministério da Educação, que tem autonomia de Administração Direta da Educação brasileira.

A Educação Escolar compõe-se pela Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica é formada pela Educação Pré-Escolar, o Ensino Fundamental, o Ensino

Médio. A educação básica obrigatória e gratuita vai dos 4 (quatro) aos 17 (dezassete) anos de idade, organizada da seguinte forma: Pré-Escola (crianças de 04 e 5 anos de idade), Ensino Fundamental (duração de 09 anos, iniciando-se aos 06 anos de idade) e o Ensino Médio (duração mínima de 03 anos). Além da oferta de ensino noturno regular para jovens e adultos, visando adequar às necessidades de cada aluno, pois é um direito de todo cidadão frequentar a escola regular em qualquer idade. (LDB, Lei 12.796/2013).

Em Portugal, o Sistema Educativo compreende a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, Ensino Secundário e Ensino Superior. O ensino obrigatório e gratuito tem a duração de 12 (doze) anos, com ingresso aos 04 anos e conclusão aos 18 anos. Educação Pré-escolar para crianças a partir dos 4 (quatro) anos de idade (Lei nº 65/2015), Ensino Básico, três ciclos sequenciais, sendo o 1º de quatro anos, o 2º de dois anos e o 3º de três anos, o Ensino Secundário, que tem duração de 3 (três) anos. (Lei nº 49/2005 de 30 de agosto) e o Ensino Superior, subdividido em Ensino Universitário, abrangendo a Licenciatura, o Mestrado e o Doutoramento e o Ensino Politécnico, abrangendo a Licenciatura e o Mestrado. Há também o Ensino pós-secundário não superior, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 01: Organização do Sistema Educativo Português



Fonte: Educação e Formação em Portugal, 2017, p. 9

A Educação é regida pelas seguintes leis: Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei n.º 115/97, de 19 de setembro - Alteração à Lei n.º 46/86, de 14 de outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), Lei n.º 49/2005, de 31 de agosto - Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto - Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade (Alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho). (SGEC, 2017).

A Direção-Geral da Educação (DGE) do Ministério da Educação (ME), é um órgão central da Administração Direta do Estado que possui autonomia administrativa. Compete a este organismo a execução das políticas relativas às componentes pedagógica e didática da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extra-escolar e de apoio técnico à sua formulação, influenciando principalmente nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

A Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) é um serviço central do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, cuja missão é administrar toda a conceção, a execução e a coordenação das políticas que, no âmbito do ensino superior, cabem a este ministério.

O ensino superior português organiza-se num sistema binário que integra o ensino universitário e o ensino politécnico e é ministrado em instituições públicas e privadas. Os estabelecimentos de ensino superior privado obtêm reconhecimento prévio do Ministério com a tutela do Ensino Superior. O ensino universitário inclui as universidades, os institutos universitários e outros estabelecimentos de ensino universitário. O ensino politécnico compreende os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino politécnico. (DGES, Portugal, 2018)

De acordo com a Lei n.º 31/2002 de 20 de dezembro, compete ao Conselho Nacional de Educação (CNE) monitorizar e avaliar de forma regular e sistemática o desenvolvimento do sistema educativo. Esta participação vem sendo exercida através da elaboração e publicação de documentos, tais como: pareceres, recomendações, estudos, relatórios e quando necessário, documentos solicitados pelos governos. Além da

produção de conhecimento, o CNE tem desenvolvido o diálogo constante com parceiros e instituições indispensáveis para a tomada de decisões políticas. (CNE, 2017).

É relevante destacar que em 2013, o então Presidente do CNE - Conselho Nacional de Educação iniciou um processo de estudo e debate em torno das LBSE - Leis de Bases do Sistema Educativo, que completaria em 2016, 30 anos de sua vigência. Em fevereiro de 2016, em Lisboa, iniciou-se o Ciclo de Seminários “Lei de Bases do Sistema Educativo”, que discutiu ao longo de 2016 temas relevantes sobre o futuro da Educação em Portugal:

Março: *“Currículo e Conhecimento: o que ensinar e como ensinar”*;

Abril: *“A organização do atual Sistema Educativo”*;

Maio: *“A escolaridade obrigatória, a diferenciação de trajetos, a equidade e o sucesso no sistema educativo”*;

Junho: *“A liberdade de ensino e o serviço público de educação”*;

Julho: *“Organização e Desenvolvimento do Ensino Superior”*;

Outubro: *“Os dilemas e desafios da formação de professores em Portugal”*;

Novembro: *“Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação”*.

Encerrados o Ciclo de Seminários “Lei de Bases do Sistema Educativo” e as atividades da Comissão Eventual para o Estudo e Avaliação da LBSE, o Conselho organizou a publicação Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e prospectiva – Volume I e II, em julho de 2017, documento que contém a maioria das intervenções feitas no decorrer dos seminários de 2016.

Esta publicação contribui para a reflexão do quadro atual da educação em Portugal e fornece subsídios que ajudam a compreender as finalidades da Educação impressas na LBSE, porque discute temas pautados nos princípios e determinações nela contidas. Para o foco dado a esta pesquisa, recorreu-se a um dos textos desta publicação: *Organização do Sistema Educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino*”, no qual o professor Júlio Pedrosa afirma que:

“A Escola continua a ser uma Instituição de Educação com especiais responsabilidades na construção de projetos de desenvolvimento da pessoa

humana através da estruturação de programas e da oferta de contextos, processos e ações que conduzam às aprendizagens que fazem crescer o ser, a capacidade de viver em comunidade, de conhecer o mundo e nele viver feliz.

Em Portugal a Escola educa crianças dos 6 aos 18 anos e deve assumir a responsabilidade de integrar essa sua missão em processos de desenvolvimento da criança que normalmente se iniciam na família e continuam na creche e no jardim-de-infância.” (CNE, 2017, p. 313).

Tal afirmação vai de encontro ao que vem sendo afirmado sobre as finalidades da Educação, na qual a Educação deve possibilitar a construção de uma sociedade democrática, solidária e justa. Além disso, o autor defende que deve ser dado foco a Educação Primária, fundamental, que acolhe crianças de 6 aos 11 anos, onde os educandos possam aprender as bases essenciais para continuar a aprender e a crescer como pessoas. Desta maneira, o primeiro ciclo da Educação Secundária, com duração de três anos, deveria visar o aprofundamento, o desenvolvimento e a consolidação das aprendizagens fundamentais.

É possível afirmar que tanto o Brasil como Portugal tem sido palco de ativas mudanças nos sistemas educativos, fruto de uma transformação intensa da sociedade globalizada a qual vive-se hoje, onde além das mudanças no que diz respeito à tecnologia, informação, cultura e economia, vive-se cada vez mais a influência de Organismos Internacionais que regulam de alguma maneira o estabelecimento das políticas envolvendo a Educação, sob a justificativa de um bem comum e de uma sociedade global mais justa e democrática.

Capítulo 3: Metodologia

Com base nos objetivos propostos e de modo a refletir sobre as finalidades da Educação, optou-se por analisar criticamente um quadro existencial concreto: os sistemas educativos do Brasil e de Portugal. Para isto, a pesquisa é apresentada em dois momentos:

- Identificação e descrição das finalidades da Educação, segundo os autores de referência e considerações sobre os Sistemas Educativos do Brasil e de Portugal;

- Interpretação e análise crítica de documentos oficiais, nomeadamente as leis que regem a Educação e os documentos que definem os Programas Curriculares da Educação Básica.

Ao percorrer a primeira etapa da pesquisa, foi possível encontrar uma grelha de indicadores (finalidades verificadas) os quais serão apresentados a seguir – Quadro 01, que permitirá fazer relações com os documentos analisados.

Quadro 01 – Grelha de indicadores – Finalidades da Educação

Indicadores	Caracterização
Autonomia	Esta finalidade é aquela que desenvolve a capacidade de pensar e agir de maneira espontânea. O indivíduo consegue perceber quem ele é e qual lugar que ele ocupa no mundo.
Cidadania	Contribuir para uma sociedade em que os indivíduos sejam capazes de construir, de forma participativa, uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida.
Democracia	Desenvolver sentimentos de pertença e sentido de compromisso cívico no seio das sociedades. Ajuda a compreender as mudanças em curso que ocorrem nas sociedades. Ajuda a compreender o mundo e o outro de modo que adquira maior compreensão de si mesmo.
Capacitação	Esta finalidade aponta o papel que a escola tem em fornecer os subsídios necessários, através dos conteúdos técnicos e científicos, para que o indivíduo adquira os saberes necessários para a vida em sociedade, em sua vida privada e no âmbito do trabalho.
Socialização	Promover a socialização, no fortalecimento das relações humanas, despertando o sentimento de tolerância, capacidade de diálogo e interação, bem como respeito à diversidade cultural e social.
Subjetivação	Desenvolver todo o conhecimento construído no decorrer dos anos de escolaridade, em todas as suas vivências, seja no meio social, com sua família ou no mundo do trabalho.

3.1. As finalidades da Educação com base na legislação de Portugal e do Brasil

Lei de Bases do Sistema Educativo português (1986) incluindo as alterações posteriores (2005 a 2015)

A Lei de Bases do Sistema Educativo Português foi aprovada a 14 de outubro de 1986, tendo sido alterada posteriormente em 1997, 2005 e 2009. As duas primeiras alterações referiram-se a questões relacionadas com o acesso e financiamento do ensino superior (1997 e 2005), e a última, em 2009, com o estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a consagração da universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade. (CNE).

Lei de Diretrizes e Bases do Sistema Educativo brasileiro (1996) incluindo as alterações posteriores (1997 a 2017)

A LDB foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Sem dúvida, uma grande conquista para o Brasil no que diz respeito a Educação. É a lei que rege a Educação e está em consonância com a Constituição Federal de 1988 e trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. Estabelece que a Educação é um dever do Estado e tem por finalidade: “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, Lei 9.394).

A fim de comparar o que determina uma lei e outra, formulou-se um quadro comparativo fazendo associação ao que ambas estabelecem, de acordo com o teor contido no respetivo texto. A LBSE de Portugal divide-se em capítulos e estão discriminados na coluna da esquerda e a LDB do Brasil divide-se em títulos que estão discriminados na coluna da direita. Onde há a indicação “não há correspondência” se deve ao fato de que não foi encontrado no texto informações que estejam relacionadas.

Quadro 02: Quadro comparativo Lei de Bases do Sistema Educativo de Portugal e Lei de Diretrizes e Bases Brasil

PORTUGAL LEI Nº 46/86, DE 14 DE OUTUBRO DE 1986	BRASIL LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996
--	---

CAPÍTULO I Âmbito e princípios	TÍTULO I Da Educação
<p>As disposições gerais são semelhantes, as quais definem os princípios básicos que norteiam a Educação, apesar da lei portuguesa trazer mais detalhes e se mostrar mais clara neste primeiro capítulo. Há pontos em comum tidos como finalidades da Educação que são a formação do educando para a cidadania, o convívio social harmônio e a capacitação para o mundo do trabalho.</p>	
CAPÍTULO II Organização do Sistema Educativo CAPÍTULO III Apoios e complementos educativos	TÍTULO II Dos princípios e fins da Educação Nacional TÍTULO III Do Direito à Educação e do Dever de Educar TÍTULO IV Da Organização da Educação Nacional TÍTULO IV Da organização da Educação Nacional TÍTULO V Dos níveis e das modalidades de Educação e Ensino
<p>Algumas atribuições de funções são diferentes entre o Brasil e o Portugal, dada a extensão territorial do Brasil e sua divisão política. Algumas atribuições são de responsabilidade da União e outras são os estados e municípios que tem autonomia para fazê-las. O capítulo III da legislação portuguesa, que diz respeito aos apoios e complementos educativos, não deixa claro quais são os direitos e deveres do educando, como também não dá orientações e estabelece regras de forma muito genéricas.</p>	
CAPÍTULO IV Recursos Humanos	TÍTULO VI Dos profissionais da Educação
<p>A escolaridade mínima exigida para docência e demais cargos em instituições escolares são compatíveis nos países. Também a formação contínua é assegurada por lei. No Brasil é ressaltada a questão da remuneração básica e o ingresso através de concurso público e provas de títulos.</p>	
CAPÍTULO V Recursos materiais	TÍTULO VII Dos recursos financeiros

Na legislação brasileira não há detalhamento sobre os recursos educativos privilegiados e sim expostos de maneira muito superficial. Nos dois países há a especificação do orçamento, mas não há muitos detalhes da verba destinada a Educação.

CAPÍTULO VI Administração do Sistema Educativo	NÃO HÁ CORRESPONDÊNCIA
---	-------------------------------

Não há menção explícita na legislação brasileira a respeito desta seção onde são estabelecidos a participação democrática de todos envolvidos na Educação: escola, comunidade, família. Em Portugal, a lei é clara ao expor os níveis de Administração e reforça o as competências do Conselho Nacional de Educação.

CAPÍTULO VII Desenvolvimento e Avaliação do Sistema Educativo	HÁ CORRESPONDÊNCIA COM O TÍTULO V, JÁ MENCIONADO ANTERIORMENTE.
--	--

Não há menção explícita na legislação brasileira a respeito desta seção. A parte que se refere ao currículo, há relação com o título V da legislação brasileira. No caso português, trata-se de uma seção importante que vai clarificar sobre o desenvolvimento curricular, a ocupação dos tempos livres e desporto escolar, a avaliação do sistema educativo, a investigação em educação, as estatísticas, as estruturas de apoio e a inspeção escolar. Esta parte está voltada para a finalidade da educação na capacitação.

CAPÍTULO VIII Ensino particular e cooperativo	TÍTULO III
--	-------------------

No título III da legislação brasileira faz menção ao ensino privado, com a diferença de que não há ajuda financeira por parte do Estado, como ocorre em Portugal. Ambos os Estados (Portugal e Brasil) conferem autonomia para estas instituições, no que diz respeito aos programas curriculares desde que estejam de acordo com a legislação em vigor.

NÃO HÁ CORRESPONDÊNCIA	TÍTULO VIII Das disposições gerais
-------------------------------	---

Não há menção explícita na legislação portuguesa a respeito desta seção. Nesta parte da legislação brasileira, vai estabelecer normas para integrar as comunidades indígenas

nos sistemas educativos, adaptando-os à realidade de cada comunidade, criando ações específicas para garantir tal acesso. Aqui mostra avanços na legislação, no que diz respeito, à diversidade cultural do Brasil, estabelecendo normas que contribuem para a melhor inserção das minorias no contexto educacional.

CAPÍTULO IX Disposições finais e transitórias	TÍTULO IX Das disposições transitórias
Os dois países estabelecem prazos para o cumprimento da lei após sua publicação, define os direitos adquiridos pelos professores, alunos e pessoal não docente, no caso da transição de um sistema para o outro e estabelece as disposições finais.	

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na LBSE – Portugal e LDB – Brasil

Na comparação feita no quadro acima, é possível inferir que o que é estabelecido em lei no que tange as finalidades da Educação, são muito semelhantes, mesmo tratando-se de uma distância de dez anos entre uma publicação e outra. Os fundamentos da Educação são essencialmente pautados em garantir o direito à Educação de qualidade para todos, como pode ser comprovado nos excertos abaixo:

LBSE - Portugal:

- 1 - Todos os portugueses têm direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.
- 2 - É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.
- 3 - No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:
 - a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
 - b) O ensino público não será confessional;
 - c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.
- 4 - O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 - A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva. (Portugal, Lei nº 46/86 de 14 de outubro, Art. 2º.)

LDB - Brasil:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Brasil, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Art. 2º e 3º.)

Há destaque para o papel do Estado em promover a democratização da educação, a igualdade e a liberdade em aprender e a ensinar para o exercício pleno da cidadania, a qualificação para o trabalho, o desenvolvimento integral do aluno, a tolerância e o respeito à diversidade.

3.2. As finalidades da Educação com base nos Programas Curriculares de Portugal e do Brasil

Neste ponto, cada um dos países apresenta maneiras distintas de apresentar suas matrizes curriculares, por isso, optou-se em fazer no lugar de um quadro comparativo, uma análise crítica separadamente.

Os documentos que envolvem o currículo foram analisados de maneira global, com foco nos seus objetivos e fundamentos, de forma a extrair a sua essência e identificar ou não as finalidades da Educação neles contidas. Focou-se na Educação Básica (Portugal) e no Ensino Fundamental (Brasil), a denominação é diferente, mas contempla a mesma faixa etária - 6 aos 14 anos e tempo de escolarização – 9 anos.

3.2.1. Currículo em Portugal

Para o que se pretende extrair deste tema, optou-se por analisar apenas o Programa Curricular da Disciplina Português, visto que o foco não é analisar os conteúdos puros, mas sim as finalidades da Educação presentes nos fundamentos de cada um dos documentos oficiais.

Atualmente, de acordo com a Direção-Geral da Educação, os documentos curriculares em vigor no Ensino Básico são:

Documentos Curriculares em Vigor				
Ensino Básico				
Disciplinas/ áreas disciplinares	Programa/ ciclo de ensino/ ano escolaridade	Programa/ ano de homologação	Metas Curriculares (entrada em vigor)	Documentos de Apoio
Português	1.º, 2.º e 3.º Ciclos	(2015)	1.º, 3.º, 4.º, 5.º, 7.º, 9.º anos 2013/14 2.º, 6.º, 8.º anos 2014/15	Cad.Ap. MC Vídeo FAQ Mat.Ap. Impl. MC DT GramTIC ³ .pt

Fonte: DGE, Portugal, 2018.

Em 26 de julho de 2017 foi homologado o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, através do Despacho 6478/2017. Trata-se de um documento de relevo no âmbito do currículo em Portugal, definido como:

“Este Perfil constitui -se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.” (Portugal, Despacho n.º 6478/2017)

Portanto, o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* também se apresenta como um sustentáculo no que concerne o tema Currículo.

Plano Nacional de Metas Curriculares de Português do Ensino Básico

O Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico de Portugal foi homologado em 2015, fruto das alterações que surgiram após a consulta pública iniciada em 2012, ano da sua publicação. O Programa define os conteúdos que devem ser trabalhados no Ensino Básico e as Metas definem os objetivos a serem alcançados. Para isto, estabeleceram-se os descritores de desempenho que permitem avaliar a construção dos objetivos.

Os Programas e as Metas devem, portanto, ser trabalhados de forma articulada, cujos descritores têm o intuito de ajudar os professores a traçarem melhores estratégias de ensino. Resumidamente foram identificados os principais aspetos presentes nos objetivos:

- Proporcionar autonomia na capacidade de ouvir, ler e escrever de forma crítica, aplicada ao ambiente escolar e fora dele;
- Construir um pensamento crítico e capacidade de argumentação oral e escrita;
- Reconhecer e apreciar criticamente as várias dimensões culturais da Língua Portuguesa.

O Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico se estrutura da seguinte forma:

1º e 2º ciclos (1º ao 6º ano): Oralidade, Leitura e Escrita, Educação Literária e Gramática;

3º ciclo (7º ao 9º ano): Oralidade, Leitura, Escrita, Educação Literária e Gramática.

A organização dos três ciclos de ensino da Educação Básica visa delinear o perfil de um falante e de um escrevente autônomo na utilização multifuncional da Língua Portuguesa.

A missão do 1º ciclo é trabalhar a oralidade, que abrange as normas, mas também o que se refere às regras de cortesia e cooperação. Desenvolver não só a vertente de comunicação verbal, como também a capacidade de escrita de pequenos textos. Nesta fase, a Literatura vai contribuir para a matriz cultural e de cidadania. Cabe então às escolas, possibilitar o contato com diferentes textos portugueses e estrangeiros a fim de enriquecer este conhecimento a respeito da diversidade cultural.

No 2º ciclo há uma mudança, pois passa de uma monodocência para o ensino por disciplina, sendo o Português responsável por fornecer subsídios necessários para a aprendizagem de novos conteúdos. Esta fase é, portanto, o aprimoramento e aprofundamento de tudo que foi estudado no 1º ciclo. No domínio da oralidade espera-se que os alunos já sejam capazes de comunicarem de forma respeitosa com uma rotina pautados nos princípios de cortesia e cooperação. A progressão do trabalho com a leitura e escrita cada vez mais elaboradas e melhor estruturadas. Nesta fase também é possível o trabalho relacionado a diversos temas do cotidiano, nas obras literárias recomendadas no PNL – Plano Nacional de Leitura.

No 3º ciclo cabe consolidar aquilo que foi ensinado nos ciclos anteriores e desenvolver a utilização para a aprendizagem de outros saberes mais complexos. Nesta etapa marca-se a separação dos domínios de leitura e escrita porque acredita-se que para esta faixa etária a leitura não é simplesmente uma decodificação, passando para uma leitura e compreensão, onde o aluno seja capaz de fazer inferências e argumentar sobre os textos orais e escritos. A Educação Literária foca na destreza em ler e compreender os textos em seus mais variados gêneros literários. No 3º ciclo é onde se marca a rutura na questão que diz respeito à formação humana, para uma formação mais voltada para os conteúdos em si, com vistas sempre voltadas à qualificação.

Na parte da Metodologia, fica a critério de cada escola e seus docentes, dentro da sua formação e preparo para a função, estabelecer as metodologias mais adequadas para aplicação dos conteúdos, desde que sejam cumpridos os conteúdos e os descritores. Salienta-se nesta parte, a importância da integração entre os domínios da oralidade, leitura e escrita, educação literária e gramática.

Na avaliação, é estabelecido que seja realizada com base no Decreto Lei nº 139/2012, de 5 de julho, que deve ser elaborada sempre de acordo com o que é estabelecido nos descritores e desempenho.

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

A necessidade da criação de um documento que estabelecesse a referência a um perfil, vem de encontro com o primeiro objetivo mundial da UNESCO – a educação para todos. Destaca-se mais uma vez, como tem sido pontuado ao longo desta pesquisa, a necessidade de se criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. “Trata-se de formar pessoas autônomas e responsáveis e cidadãos ativos” (Perfil dos Alunos, 2017, p. 5).

Diante das exigências do mundo atual, em que o conhecimento científico e tecnológico se desenvolve em um ritmo frenético, o ritmo de crescimento e acesso à informação, colocam a educação e à escola inúmeros desafios. Neste momento é que se faz necessário que a escola possa criar estratégias para que os alunos adquiram as múltiplas literacias, atendendo às atuais demandas dos tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

Portanto, sendo o *Perfil dos Alunos* um documento de referência para a organização de todo o sistema educativo, tem a finalidade de

“[...] contribuir para a organização e gestão curriculares e, ainda, para a definição de estratégias, metodologias e procedimentos pedagógicos-didáticos a utilizar na prática letiva.” (Perfil dos Alunos, 2017, p. 8)

Desta maneira, o documento *Perfil dos Alunos* apresenta-se estruturado em Princípios – que dão sentido a cada uma das ações descritas nos currículos, em todas as áreas disciplinares; Visão – clarifica o que se espera dos cidadãos à saída da escolaridade obrigatória; Valores – características éticas, expressas no modo de estar e agir, refere-se relação entre o comportamento externado em uma determinada realidade através de suas

atitudes; Áreas de Competência – combinações complexas entre capacidades cognitivas e psicomotoras e as relações sociais somadas aos valores estéticos.

Quadro 03 – Síntese do Esquema Conceitual do Perfil dos Alunos 2017

PRINCÍPIOS	A – Base Humanista: Construção de valores voltados para a pessoa e para um bem-estar comum.
	B – Saber: Fornecimento de meios necessários para a aquisição de conhecimento sólido e pertinente.
	C – Aprendizagem: Possibilitar a todos a capacidade de aprender.
	D – Inclusão: Respeito à diversidade e cumprimento do papel da escola como promotora da democracia e da equidade.
	E – Coerência e Flexibilidade: Gestão flexível do currículo, observando o contexto e a realidade de cada grupo em questão.
	F – Adaptabilidade e Ousadia: Capacidade de adaptar-se às mudanças, adequando as estratégias para o desempenho de novas funções.
	G – Sustentabilidade: Formar uma consciência que esteja em sintonia com o sistema econômico e social vigente, na busca por um equilíbrio entre as atividades humanas e o Organismo Vivo que é o Planeta Terra.
VISÃO Pretende-se que o jovem seja um cidadão que...	H – Estabilidade: Trabalhar com foco nas competências de modo a ter estabilidade para que o sistema se adeque e produza efeitos.
	<ul style="list-style-type: none"> • Seja capaz de aplicar no seu dia a dia toda a literacia construída durante o seu percurso escolar; • Seja autônomo e capaz de tomar decisões em prol de si e do mundo que o cerca; • Seja capaz de lidar com as adversidades do mundo atual; • Faça ligações entre os conteúdos com os desafios presentes na atualidade; • Tenha a capacidade de pensar e agir criticamente de forma individual e coletiva; • Consiga reconhecer e respeitar os princípios fundamentais de uma sociedade democrática;

	<ul style="list-style-type: none"> • Valorize o respeito pela dignidade humana, exercício da cidadania plena, da solidariedade e democracia; • Recrimine todas as formas de exclusão social e discriminação. 				
VALORES	Responsabilidade e integridade: Respeitar a si mesmo e aos outros, sempre voltado para um bem comum.				
	Excelência e exigência: Trabalhar voltado para o vigor e a superação, tendo consciência de si e espírito de solidariedade para com os outros.				
	Curiosidade, reflexão e inovação: Interesse no conhecimento, na busca pela aprendizagem e pela inovação.				
	Cidadania e participação: Respeito pela diversidade humana. Trabalho em prol do bem-estar comum, da sustentabilidade ecológica, tendo atitude proativa.				
	Liberdade: Manifestar autonomia, pautada na democracia, na cidadania, na equidade e no bem-estar comum.				
ÁREAS DE COMPETÊNCIAS	LINGUAGENS E TEXTOS	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	RACIOCÍNIO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	PENSAMENTO CRÍTICO E PENSAMENTO CRIATIVO	RELACIONAMENTO INTERPESSOAL
	DESENVOLVIMENTO PESSOAL E AUTONOMIA	BEM-ESTAR, SAÚDE E AMBIENTE	SENSIBILIDADE DE ESTÉTICA E ARTÍSTICA	SABER CIENTÍFICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	CONSCIÊNCIA E DOMÍNIO DO CORPO

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no Perfil dos Alunos, 2017, p. 12-19

No que se refere às implicações práticas do que é estabelecido no *Perfil dos Alunos*, o texto sugere que é preciso encontrar uma maneira eficaz para que todos os alunos aprendam e que se produza uma apropriação efetiva dos conhecimentos, capacidades e atitudes que se trabalham. Para que isto ocorra, é de fundamental importância que todos aqueles envolvidos no processo educacional estejam em sintonia com as propostas colocadas e abertos às mudanças e aos novos desafios frequentemente apresentados pelo mundo atual.

Em resumo, a Educação Básica tem a missão de proporcionar a base escolar, o alicerce para que o aluno possa prosseguir nos estudos e na aprendizagem ao longo da vida. Nesta fase também deve ser construído os valores de cooperação, respeito e relacionamento entre os pares. Todos esses elementos estão relacionados as finalidades da construção da autonomia, da democracia, da socialização e da capacitação.

3.2.2. Currículo no Brasil

Uma Educação Básica de qualidade está prevista em lei e é papel do Estado assegurá-la. Compreende-se que a educação, como já citado, tem como um de suas finalidades “proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando as diferenças”. (DCN, 2013, p. 4).

Considerado como uma fase de grande importância da Educação Básica, o Ensino Fundamental no Brasil tem sido palco de grandes mudanças e investimentos de vários setores, com o objetivo de acompanhar os desafios da contemporaneidade.

As mudanças do currículo foram iniciadas em 2009, por meio de uma série de audiências públicas com associações e outros órgãos governamentais e inúmeras reuniões de trabalho com técnicos e dirigentes do MEC - Ministério da Educação e Cultura no intuito de redigir as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Trata-se um documento que será o norteador para a elaboração do currículo e do projeto político pedagógico de cada escola, que ficará sob a responsabilidade destas, com a indispensável participação das famílias e dos estudantes, considerando a autonomia e a responsabilidade conferidas pela legislação brasileira a cada instância. Além disto, deve-se deixar claro que estas Diretrizes Curriculares Nacionais são complementadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é outro documento que irá definir o que se espera dos alunos em cada fase da Educação Básica.

Portanto, atualmente os programas curriculares são elaborados e aplicados de acordo com as DCN e a BNCC. Nas linhas que seguem, encontram-se os fundamentos desses documentos no âmbito da Educação Básica, no qual será focado Ensino Fundamental – 9 anos.

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)

O Ministério da Educação publicou em 2013 um documento chamado *Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)*, com o intuito de estabelecer novas orientações no que diz respeito ao currículo, uma vez que as modificações que ocorreram no ensino deixaram as diretrizes anteriores defasadas. As novas *Diretrizes Curriculares Nacionais* são o resultado de um amplo debate promovido pelo Conselho Nacional de Educação, dirigentes estaduais e municipais, professores, demais profissionais da Educação e pesquisadores da área.

Um dos fundamentos das diretrizes é o direito à Educação, que é uma conquista resultante da luta travada nos países do Ocidente ao longo dos anos. Segundo Cury (2002), esse direito está associado ao exercício da cidadania e ao processo de desenvolvimento do potencial humano.

A Educação tem sido considerada como síntese dos direitos civis, políticos e sociais. No Brasil, por exemplo, a Educação é um direito civil por ser garantida pela legislação brasileira como direito do indivíduo, independente, de sua situação econômica, social e cultural. É também um direito político, uma vez que se acredita que através da Educação os indivíduos estejam informados, saibam analisar posições divergentes, saibam elaborar críticas e se posicionar, por meio do diálogo, e de assumir responsabilidades e obrigações. No que diz respeito aos direitos sociais, são direitos que dependem da ação do Estado e estão associados fundamentalmente com a melhoria nas condições de vida da população. São exemplos, o próprio direito à educação, à moradia, à saúde, ao trabalho etc. Nas últimas décadas tem-se firmado também o direito às diferenças e assegurado em espaços públicos, por meio da afirmação do direito das crianças, das mulheres, dos jovens, dos homossexuais, dos negros, dos indígenas, das pessoas com deficiência, entre outros. Desta maneira emerge-se uma educação multicultural. Por isso a escola tem um papel muito importante direta ou indiretamente no tratamento igualitário e estão em consonância com o direito à educação.

Todos esses direitos mencionados estão em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU, em 1948, e com as exposições

feitas na Convenção sobre os Direitos da Criança, celebrada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em 1989.

Como o próprio nome induz, as DCN são as diretrizes, refere-se ao documento que aponta os caminhos a seguir. Buscam promover a equidade de aprendizagem, garantindo que conteúdos básicos sejam ensinados para todos os alunos, sem deixar de levar em consideração os diversos contextos nos quais eles estão inseridos.

Acredita-se que só é possível conceber o currículo a partir das vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos acumulados por eles de maneira que possa contribuir para construção de suas identidades. Mas neste ponto é preciso que a escola tenha traçado de maneira muito clara o que se espera dos alunos, visto que muitas vezes recebe alunos que se deparam com um verdadeiro abismo entre o que ele traz de bagagem cultural, com o que é ensinado na escola, tornando um entrave na compreensão de determinados conteúdos. O esforço feito por estes alunos é muito maior para compreender os chamados “códigos ocultos”, que a escola muitas vezes pressupõe que certos conhecimentos são de domínio de todos quando na verdade não o são.

Dada a realidade do Brasil, no que se refere às desigualdades sociais, a escola desempenha um papel importante nas funções de educar e cuidar, uma vez que a escola é para muitos indivíduos o único ambiente em que tem acesso ao conhecimento científico, além de ser um espaço propício para a partilha de vivências com outros pares, mediada por profissionais da educação que contribuam para o desenvolvimento da autonomia, da socialização e do respeito às diversidades.

Para destacar o que o documento aborda acerca do Currículo, foi elaborado um quadro síntese, contendo as principais ideias e conceitos norteadores:

Quadro 04 – Síntese conceitos norteadores em relação ao Currículo – DCN, 2013

CURRÍCULO	
A base nacional comum e a parte diversificada: complementaridade	<p>A base comum são conhecimentos em que todos devem ter acesso, independentemente da região e do lugar em que vivem. Deve abranger obrigatoriamente, as componentes curriculares:</p> <p>I. Linguagens:</p> <p>a) Língua Portuguesa</p> <p>b) Língua materna, para a populações indígenas</p>

	<p>c) Língua Estrangeira Moderna</p> <p>d) Arte</p> <p>e) Educação Física</p> <p>II. Matemática</p> <p>III. Ciências da Natureza</p> <p>IV. Ciências Humanas:</p> <p>a) História</p> <p>b) Geografia</p> <p>V. Ensino Religioso</p>
<p>A reinvenção do conhecimento e a apropriação da cultura pelos alunos:</p>	<p>A parte diversificada serão definidos pelos sistemas de ensino e pelas escolas, de modo a enriquecer o currículo, de maneira contextualizada e em conformidade com as diferentes realidades locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O currículo não se esgota apenas na transmissão de conteúdos; • Os valores e atitudes são formados nas relações de convívio, como a hora do recreio, as excursões, as festividades, visitas técnicas; • As áreas do conhecimento abordadas na escola contribuem para a formação da subjetividade dos alunos; • Deve-se estabelecer conexões entre a realidade cotidiana dos alunos e os conteúdos escolares; • A escola deve despertar em seus educandos o gosto por aprender, de modo espontâneo e prazeroso.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013, p. 112-117.

Pode-se concluir que nas DCN os conteúdos atuam não como fins em si mesmos, mas como meios para aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências. Além disso, expressa a necessidade das diferentes áreas do conhecimento trabalharem com uma base comum que contemplem a formação do aluno para a autonomia, cidadania, democracia, capacitação, socialização e subjetivação.

Base Nacional Comum Curricular do Brasil (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica, de maneira que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Este documento aplica-se exclusivamente à educação escolar e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam

à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A BNCC é referência para a elaboração dos currículos das redes escolares da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e está assentada com base na fundamentação legal estabelecida no Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, que diz:

“a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988)

Os currículos e a BNCC se identificam na congruência de princípios e valores, ambos reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica. Além disso, têm papéis complementares, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais que são definidas para cada etapa da Educação Básica.

No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da “mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes)” (BNCC, 2017, p. 16). Desta maneira, ter competência quer dizer que o indivíduo é capaz de utilizar o conhecimento construído ao longo da sua escolaridade nas mais diversas situações de sua vida.

Conforme já mencionado, optou-se por focar no Currículo de Português, do Ensino Fundamental, que se divide em:

- **Ensino Fundamental – Anos Iniciais:** 1º ao 5º ano;
- **Ensino Fundamental – Anos Finais:** 6º ao 9º ano;

Ao longo dos anos iniciais são marcados pela consolidação das aprendizagens e pela ampliação das práticas. Os anos finais os educandos se deparam com desafios de maior complexidade. O objetivo norteador de Língua Portuguesa especificado na BNCC é

“garantir a todos os alunos o acesso a saberes linguísticos necessários para a participação social e o exercício da cidadania, pois é por meio da língua que o ser humano pensa, comunica-se, tem acesso à informação, expressa e defende

pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo e produz conhecimento.” (BNCC, 2013, p. 63)

Objetivo pautado em uma das finalidades da Educação apontadas, que é o exercício da cidadania.

A BNCC para a Língua Portuguesa considera o *texto* como sendo o centro das práticas de linguagem e defende que nas sociedades contemporâneas existe a chamada *multimodalidade de linguagem*, que se define por textos verbais, visual, gestual e sonoro. Para atender esta multimodalidade e os usos da língua escrita, a BNCC está organizada em cinco eixos organizadores, conforme esquematizado no quadro abaixo:

Quadro 05 – Eixos organizadores de Língua Portuguesa, BNCC, 2013

Eixos	Síntese
Oralidade	Precede a escolaridade, é desenvolvida de forma natural fora da escola, entretanto na escola é propiciado o desenvolvimento dos diferentes graus de formalidades assim como se relacionando com a língua escrita. Inclui também conhecer as variedades linguísticas, de modo a evitar preconceitos linguísticos.
Leitura	É tema central para a aprendizagem da Língua Portuguesa. Compreende a decodificação de palavras e textos, o desenvolvimento da compreensão e interpretação de textos verbais e multimodais. Além disso, é imprescindível para o aprimoramento da fluência e enriquecimento do vocabulário.
Escrita	Abrange as práticas de produção de textos de diferentes gêneros textuais. Compreende a aprendizagem da codificação de palavras e textos. Inclui também a produção textual, que envolve habilidades de uso adequado de variedades linguísticas.
Conhecimentos linguísticos e gramaticais	Nos anos iniciais compreende o processo de alfabetização e nos anos finais as práticas de análise linguística e gramatical, nos dois momentos estão estreitamente relacionadas com o desenvolvimento produtivo das práticas de oralidade e de escrita. Insere-se aqui as normas ortográficas e da pontuação.
Educação literária	Apresenta estreita ligação com o eixo Leitura, mas se diferencia por seus objetivos, que estão voltados para as habilidades de leitura, compreensão e interpretação de textos orais e escritos de autores clássicos nacionais e internacionais, o que permite uma ampliação da visão de mundo a partir do contato com outras culturas, outros modos de vida e por conseguinte, contribui para o aperfeiçoamento da criatividade.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na Base Nacional Comum Curricular, 2013, p. 63-65.

Em síntese, as habilidades e competências construídas na disciplina de Língua Portuguesa são fundamentais para a compreensão e interação com o mundo através da linguagem verbal e não verbal, no âmbito nacional e internacional, na aquisição da cultura e de uma visão de mundo mais abrangente. Além disso, a Língua Portuguesa serve de base para a aprendizagem das outras disciplinas curriculares.

Capítulo 04: Discussão

Teria sido importante ouvir alguns interlocutores, como por exemplo, fazer visitas à alguma instituição, órgãos governamentais ligados à educação a fim de analisar seus regulamentos, fazer entrevistas e observações de campo. Entretanto, questões envolvendo disponibilidade de tempo e a própria localização geográfica de uma das áreas pesquisadas, não foi possível fazê-lo. Mas mesmo diante dessas limitações, foi possível extrair e beneficiar do material coletado, de maneira que através deste material realizou-se inferências em torno do problema inicial.

Os resultados encontrados no presente estudo sugerem que as finalidades da Educação, dos dois países, aparecem de maneira concisa na legislação e mais detalhada nos outros documentos analisados – *Programas Curriculares, Diretrizes, Base Comum e Perfil do Aluno*.

Em Portugal e no Brasil, o compromisso maior, evidenciado nas leis, é com a educação integral. Integral no sentido de visar a formação e o desenvolvimento humano global, de modo a formar pessoas autônomas, que façam uso dessas aprendizagens em suas vidas. *Aprender a aprender*, ou seja, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para a tomada de decisões, ser proativo e saber lidar com as dificuldades e buscar resolvê-las.

Os documentos brasileiros sofreram reformulações muito recentes e a ênfase dada é voltada para construção da autonomia, democracia, libertação e as três dimensões já citadas, defendidas por Biesta: socialização, democratização e subjetivação. Além disso, apresenta destaque na Educação como uma forma de possibilitar ao indivíduo uma formação humana.

Nos Programas e Metas Curriculares de Português de Portugal, os conteúdos e as competências para cada ciclo da Educação Básica são expostos de forma detalhada em detrimento da exploração de questões que discutem as finalidades da Educação.

Desta maneira, no que toca as finalidades da Educação expressas nos documentos com as orientações curriculares, notou-se que as publicações do Brasil fornecem mais elementos para que os atores envolvidos busquem alcançá-los. Nos documentos oficiais do Brasil, por exemplo, foi possível visualizar claramente a proposta de temas transversais que devem ser trabalhados em sala de aula, tais como: direitos das crianças e do adolescente, educação para o trânsito, preservação do meio ambiente, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação em direitos humanos, bem como saúde, sexualidade, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural. Em Portugal estas temáticas não aparecem de forma tão explícita nos documentos analisados.

Ao comparar os documentos que dizem respeito aos currículos, programas dos conteúdos a serem aplicados, notou-se alguma diferença entre Brasil e Portugal, mas tanto no documento brasileiro BNCC – Base Nacional Comum Curricular, como no português – Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória, nota-se uma grande importância dada a aquisição de habilidades e competências, no decorrer da escolaridade obrigatória, orientada de maneira simultânea à necessidade de uma educação mais humana, voltada para a cultura cidadã, no respeito à diversidade, no trabalho coletivo e na compreensão de si mesmo e do mundo que estamos inseridos.

Os conteúdos curriculares, de acordo com as orientações contidas no documento BNCC, é voltado sempre para o desenvolvimento de competências. Esta tendência é global, como também pode ser verificada em Portugal, porque é o enfoque adotado nas avaliações internacionais da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No documento Perfil dos Alunos à saída da escolaridade obrigatória é possível identificar como fundamento e como orientação de atitudes a serem tomadas, questões que estão em sintonia com as finalidades da educação apresentadas, assim como a LSEB. BNCC e *Perfil do Aluno* tem em comum porque são assentados no desenvolvimento das competências.

Conclusão

As proposições de vários autores mencionados no decorrer da pesquisa permitiram estruturar a proposta principal da mesma, além de demonstrar que as finalidades da Educação parecem ser um consenso dentro dos cenários analisados. A Educação vai muito além da aprendizagem e da transmissão de conhecimentos, ela deve ser feita pautada em atitudes que promovam a libertação do indivíduo, de modo a torná-lo mais humano, mais autônomo, capaz de se relacionar com o mundo e atuar nele, tendo atitudes cívicas, sendo capaz de promover a democracia e de articular os conhecimentos construídos ao longo da jornada escolar em todas as esferas da vida.

Podemos dizer que os quatro pilares da Educação: *Aprender a Ser, Aprender a Fazer, Aprender a Conhecer e Aprender a Viver Juntos*, discutidos no *Relatório Delors* compõem de maneira sistematizada as ideias apresentadas por Delors, Freire e Biesta e com isso podemos dizer que as diretrizes contidas nestes quatro pilares são os pontos de maior convergência entre tais ideias. Acreditamos que seja qual for o contexto social, cultural ou econômico em que o país esteja inserido, essas quatro aprendizagens devem ser trabalhadas porque correspondem a base da Educação.

Em se tratando dos documentos oficiais dos dois países analisados, foi identificado que eles exprimem de maneira objetiva os seus propósitos. Entretanto, todos os documentos sofreram alterações desde a publicação. Tais alterações são fruto das transformações pelas quais o mundo atravessa, principalmente aquelas ocorridas durante o período pós II Guerra Mundial e início do século XXI.

Acerca dessas transformações, Gadotti (2008), expõe que “A escola e os sistemas educacionais encontram-se hoje frente a novos e grandes desafios diante da generalização da informação na sociedade que é chamada por muitos de “sociedade do conhecimento”, de sociedade da aprendizagem. (Gadotti, 2008, p. 9). Dentro desta perspectiva, podemos fazer ligação com a publicação da *Base Nacional Comum Curricular*, no Brasil e com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, em Portugal, dois documentos que trazem novas diretrizes voltadas ao currículo com objetivo central de fortalecer a equidade.

As competências do século XXI guiaram a elaboração da BNCC no Brasil, como uma estratégia para tentar solucionar um problema muito comum no Brasil, que é a discrepância existente, devido as disparidades regionais, mostrando, portanto, um grande avanço na democracia. A BNCC, estabelecida como um documento normativo a nível nacional, traz uma proposta que permite que todos tenham acesso à Educação de maneira igualitária, porque estabelece a chamada *base comum*, em que existe uma referência obrigatória para elaboração dos currículos escolares para o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, e uma *parte diversidade*, que complementa e enriquece a *base comum*, respeitando características regionais e locais da sociedade.

Em Portugal, segundo informações recentes coletadas no *site* da Direção-Geral da Educação (2018), foi autorizada, em regime de experiência, o *Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular*, “reconhecendo que o exercício efetivo de autonomia em educação só é plenamente garantido se o objeto dessa autonomia for o currículo.” (DGE, 2018). Este projeto abrange todas os estabelecimentos de ensino das redes de pública e privada no qual está apoiado em três outros documentos: *Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*, *Aprendizagens Essenciais*, *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. O primeiro documento foi abordado nesta pesquisa e já está em vigor. Os outros dois, ainda serão efetivados apenas em escolas abrangidas pelo *Projeto Autonomia e Flexibilidade Curricular*.

Nota-se que o currículo tem ligação direta com a questão das finalidades, porque ele constitui a parte executiva do processo. Em sentido mais amplo, o que o currículo exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam (no âmbito das instituições escolares) como modelo ideal de escola defendido pela sociedade.

Outra matéria a se considerar foi que ao analisar todo o material constatou-se também que a similaridade no que é estabelecido em um país e outro tem relação direta com as orientações que partem de Organizações Internacionais, nomeadamente OCDE e UNESCO. Lemos (2014) aponta que

De entre as diversas políticas públicas, a educação tem sido objeto de uma crescente ação das organizações internacionais e reconhece-se hoje que, no quadro da acentuação da globalização, a influência daquelas organizações na construção e na regulação das políticas públicas de educação

(independentemente da expressão formal do mandato) tem vindo a acentuar-se e constitui mesmo o mais poderoso processo de transnacionalização das mesmas. (Lemos, 2014, p. 37).

No Brasil, tal influência pode ser comprovada nas DCN e na BNCC. Na seção *Fundamentos Pedagógicos da BNCC* tem a seguinte informação:

No Brasil, essas referências legais têm orientado a maioria dos Estados e Municípios na construção de seus currículos. Essa mesma tendência de elaboração de currículos referenciados em competências é verificada em grande parte das reformas curriculares que vêm ocorrendo em diferentes países desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). (BNCC, 2017, p. 16).

Em Portugal, encontra-se menção no documento *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, o prefácio começa com a seguinte frase:

A educação para todos, consagrada como primeiro objetivo mundial da UNESCO, obriga à consideração da diversidade e da complexidade como fatores a ter em conta ao definir o que se pretende para a aprendizagem dos alunos à saída dos 12 anos da escolaridade obrigatória. (Perfil do Aluno, 2017, p. 5)

Estas e outras citações podem ser encontradas nos documentos analisados, o que nos mostra as tendências globais, partindo dos Organismos Internacionais e o trabalho realizado pelos países em buscar cumprir as orientações propostas.

É significativo perceber o lado positivo destas tendências globais que se intensificaram nos últimos anos. Em consequência disso, ocorreu maior abertura para mudanças na área da Educação, como no caso do aumento dos anos da escolaridade obrigatória, a inserção de disciplinas escolares voltadas para temas de fundamental importância como meio ambiente, saúde, diversidade cultural e cidadania.

Relativamente aos objetivos propostos para esta pesquisa pode-se concluir que foram atingidos mediante os fatores aqui supracitados.

Bibliografia

Abbagnano, Nicola. (1962). *Dicionário de filosofia*. Trad. Alfredo Bosi (et.al). 2ª. Ed. São Paulo: Mestre Jou.

Abicalil, et.al (2014). *O Sistema Nacional de Educação*. Retirado a 20 de Janeiro de 2018 de: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf.

Belhot, Bernardo & Ferraz, Ana Paula. (2010). *Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais*. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431.

Biesta, Gert. (2007). *Education and the democratic person: Towards a political understanding of democratic education*. Teachers College Record 109(3), 740-769.

Biesta, Gert. (2012). *Boa educação na era da mensuração*. Tradução Teresa Dias Carneiro. Cadernos de Pesquisa. V. 42, p. 808-825.

Biesta, Gert. (2015). *What is Education For? On Good Education, Teacher Judgement, and Educational Professionalism*. European Journal of Education, Vol. 50, No. 1, 2015. DOI: 10.1111/ejed.12109.

Biesta, Gert. (2017). *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*; tradução Rosaura Eichenberg. 1ª ed. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Brasil. (1988). *Constituição Federal do Brasil*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

Brasil. (2017). *Lei 8069 / 1990*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm

Brasil. (2017). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

Brasil. (2017). *Lei 12.796, 2013*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm

Brasil. (2013). Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Bordignon et al., (2014). Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. *O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto*. Brasília : MEC/SASE.

CNE - Conselho Nacional de Educação (2017). *Lei de Bases do Sistema Educativo: balanço e perspectiva – Volume I*. Lisboa.

DELORS, Jacques et al. 2010. *Educação um tesouro a se descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Publicado pelo Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Revisão: Reinaldo de Lima Reis.

DGE - Direção-Geral de Educação. (2017). *Programa de Português do Ensino Básico (2012)*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf

DGES – Direção-Geral do Ensino Superior. (2018). Ensino Superior Português. Retirado a 20 de Março de 2018 de: <http://www.dges.gov.pt/pt/pagina/sistema-de-ensino-superior-portugues>

Ecco, Idanir & Nogaro, Arnaldo. (2015). *A Educação em Paulo Freire como processo de humanização*. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. Retirado a 25 de Fevereiro de 2018 de: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18184_7792.pdf

Freire, Paulo. 2016. *Pedagogia do Oprimido*. 62ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra.

Freire, Paulo. 1978. *Educação como prática de Liberdade*. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.

Freire, Paulo. 2002. *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra.

Fernandes, Jovelaine Lopes Galvão (2011). *Educação e cidadania em Paulo Freire*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Prof. Dr. José Pereira Peixoto Filho. Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil.

Ferreira, et al. (2014). *Educação e transformação: significações no pensamento de paulo freire*. Revista e-Curriculum, São Paulo, n.12 v.02 maio/out. 2014, ISSN: 1809-3876 Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>

Gadotti, Moacir. (2007). *A escola e o professor : Paulo Freire e a paixão de ensinar*. 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil.

Gadotti, Moacir, 2000. *Perspectivas atuais da Educação*. São Paulo. São Paulo em Perspectiva.

Gadotti, Moacir. (2008). *Reinventando Paulo Freire no século 21*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2018). Retirado a 29 de março de 2018 de: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206 acesso em 29/03/2018

MEC - Ministério da Educação e Ciência do Brasil. (2017). *Plano Nacional de Educação (2014)*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://pne.mec.gov.br/?pagina=conhecendo_pne

MEC – Ministério da Educação e Ciência do Brasil (2017) . *Organograma*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/apresentacao>

MEC – Ministério da Educação e Ciência do Brasil (2017). *Apresentação*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://pne.mec.gov.br/?pagina=conhecendo_pne

MEC – Ministério da Educação e Ciência do Brasil. (2017). *Sistema Nacional de Educação do Brasil*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf

Ministério da Educação de Portugal. Departamento da Educação Básica 2011. *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Retirado a 29 de março de 2018 de: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=43.

ONU – Organização das Nações Unidas. (2018). *Países Membros*. Retirado a 20 de Janeiro de 2018 de: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros2>

Pacheco, B.E.L.D. (2016). *A Concepção de Educação sob a Perspectiva da Unesco com Enfoque no Documento “Educação, um Tesouro a Descobrir”*. 10(19): 68-75, Jan./Jun., 2016. Retirado a 25 de Março de 2018 de <https://www.unric.org/pt/component/content/article/6/31104>.

Pelissoni, Adriane. (2009). *Objetivos Educacionais e Avaliação de Aprendizagem*. Anuário da Produção Acadêmica Docente. Vol. III, nº 5, Ano 2009.

Portugal. (2017). *Decreto-Lei n.º 17/2016, de 4 de abril*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/2016_dl17.pdf

Portugal. (2017). *Lei de Bases do Sistema Educativo Português (1986)*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Lei_de_Bases_86.pdf

Secretaria Geral da Educação e Ciência (2017). *Leis Orgânicas*. Retirado a 07 de Setembro de 2017 de: <http://www.sec-geral.mec.pt/pagina/leis-organicas-me>

Werthein, Jorge et al. (2000). *Fundamentos da nova educação*. Brasília : UNESCO, 84p. – (Cadernos UNESCO. Série educação; 5).